



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

CURSO DE INFANTARIA

TRABALHO INVESTIGAÇÃO APLICADA

**INTERPRETAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO
PETRÓLEO: DINÂMICAS DE PODER, DILEMAS E
CONFLITUALIDADE**

AUTOR: Aspirante Aluno de Infantaria Tiago Manuel Oliveira Ribeiro

ORIENTADOR: Tenente Coronel de Artilharia José Alberto Dias Martins

LISBOA, AGOSTO DE 2008



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO DE INFANTARIA

TRABALHO INVESTIGAÇÃO APLICADA

INTERPRETAÇÃO GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO
PETRÓLEO: DINÂMICAS DE PODER, DILEMAS E
CONFLITUALIDADE

AUTOR: Aspirante Aluno de Infantaria Tiago Manuel Oliveira Ribeiro

ORIENTADOR: Tenente Coronel de Artilharia José Alberto Dias Martins

LISBOA, AGOSTO DE 2008

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Venho por este meio agradecer a todas as pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho. Assim, quero demonstrar todo o meu apreço ao Sr. Tenente Coronel de Artilharia Dias Martins, meu orientador, por toda a colaboração, ensinamentos, materiais facultados e, sobretudo pela sua total disponibilidade durante a realização deste trabalho.

À Professora Doutora Saudade Baltazar pela disponibilidade demonstrada, pelos esclarecimentos e materiais facultados.

Ao Sr. Tenente Coronel de Artilharia Correia Lopes por toda a disponibilidade e contributo para a realização deste trabalho.

Ao Sr. Major Gomes pelo auxílio prestado no fornecimento de material bibliográfico necessário à elaboração deste trabalho.

Agradeço a toda a minha família, namorada e amigos por tudo o que me têm ensinado e por todo o apoio que me têm dado.

Aos meus camaradas do curso de Infantaria por todo o apoio ao longo destes anos passados na Academia Militar.

A todos, um muito obrigado.

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL | 5 |
| 2. CONTEXTO HISTÓRICO | 12 |
| 3. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA DO PETRÓLEO | 19 |
| 4. CONCLUSÕES | 35 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 38 |

ANEXOS

Anexo A - Mapa Golfo Pérsico

Anexo B - Cenário Mundial das Fontes de Energia e Cenário Internacional das Fontes de Energia

Anexo C - Cenário Mundial do Mercado de Carvão Mineral e Perspectivas para o Cenário Mundial

Anexo D - Mapa de Reservas de Petróleo e Distribuição de Reservas provadas em 1986, 1996 e 2006

Anexo E - As vinte maiores Reservas de Petróleo do mundo

Anexo F - Reserva de Tupi

Anexo G - Principais países Produtores de Petróleo

Anexo H - Maiores Exportadores de Petróleo

Anexo I - Maiores Importadores de Petróleo

Anexo J - Maiores Consumidores de Petróleo

Anexo K - Guerra do Yom Kippur

Anexo L - A Revolução Islâmica

Anexo M - Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC)

Anexo N - Os BRIC e o Mundo

Anexo O - O consumo dos BRIC

Anexo P - O Canal de Suez

Anexo Q - Países Produtores de Petróleo de África

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Organograma da Organização dos Países Produtores de Petróleo | 15 |
| Figura 2: Mapa das vinte maiores Reservas Petróleo do Mundo | 20 |
| Figura 3: Comparação do que é produzido, consumido e das reservas que existem em três grandes blocos do mercado petrolífero | 22 |
| Figura 4: Relação do preço do Petróleo com a ocorrência de Conflitos entre 1960 e 2006. | 29 |
| Figura 5: Possíveis futuros pontos de conflito relacionados com o Petróleo | 34 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Ascensão no ranking dos países do BRIC | 25 |
| Quadro 2: Vantagens e desvantagem dos países do BRIC | 25 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------------|--|
| AIE | Agência Internacional da Energia |
| BRIC | Brasil, Rússia, Índia, e China |
| EIA | Energy Information Administration |
| UE | União Europeia |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| ONU | Organização das Nações Unida |
| OPAEP | Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo |
| OPEP | Organização dos Países Exportadores de Petróleo |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada tem como tema central “A Interpretação Geopolítica e Geoestratégica do Petróleo: Dinâmicas de Poder, Dilemas e Conflitualidade”.

O estudo deste tema tem como principal objectivo perceber onde e em que quantidade existe o petróleo, procurando relacionar a situação geográfica das reservas com as dinâmicas políticas e estratégicas dos principais países consumidores de petróleo, perceber as dinâmicas de poder em seu torno e, por fim, compreender este recurso como possível fonte de conflitualidade, analisando de que forma origina tensões e quem são os potenciais actores.

Para a realização deste trabalho, recorreremos sobretudo a pesquisa bibliográfica, consulta de mapas e documentação oficial.

De forma a sustentar o trabalho foi elaborada uma questão central, “Em que medida o petróleo se consubstancia como fonte de conflitualidade na actualidade”.

Este trabalho está constituído por quatro partes, sendo que na primeira encontra-se a parte conceptual. A segunda parte refere-se à história do petróleo e aos momentos centrais da sua evolução. Na terceira, e sem dúvida, a mais importante constam os temas para se chegar ao objectivo desta temática. Por fim, a quarta parte será onde estarão as conclusões a que se chegou.

Após as análises elaboradas durante o desenvolvimento deste trabalho conclui-se que de facto o petróleo pode ser considerado uma fonte de conflitualidade na actualidade. Contudo, a grande conclusão refere-se ao facto que este recurso energético é apenas um factor e não o único factor de conflitualidade na actualidade.

PALAVRAS-CHAVE:

- CONFLITUALIDADE
- PODER
- PETRÓLEO
- GEOPOLÍTICA
- GEOESTRATÉGIA

ABSTRACT

The present work of applied investigation has as central theme the “Geopolitics and Geostrategic Interpretation of the Petroleum: Dynamics of Power, Dilemmas and Conflict”.

The study of this theme has as main objective to notice where and in that amount exists the petroleum, trying to relate the geographical situation of the reserves with the political and strategic dynamics of the main consuming countries of petroleum, to notice the dynamics of power in his lathe and, finally, to understand this resource as possible conflict source, analyzing that form originates tensions and who are the potentials actors.

For the accomplishment of this work, we went through the bibliographical research above all, consultation of maps and official documentation.

In way to sustain the work a central question was elaborated, "In that measured the petroleum is made as a source of conflict at present”.

This work is constituted by four parts, and in the first is the part conceptual. The second part refers to the history of the petroleum and the moments center of his evolution. In the third, and without a doubt, the most important consists the themes to arrive to the objective of this theme. Finally, the fourth part will be where they will be the conclusions the one that was arrived.

After the analyses prepared for the development of this study concluded that in fact the oil can be considered a source of conflict at present.

However, the vast conclusion refers to the fact that this energy resource is only one factor and not the sole factor in the current conflict.

.

WORD-KEY:

- CONFLICT
- POWER
- PETROLEUM
- GEOPOLITICS
- GEOSTRATEGIC



INTRODUÇÃO

Enquadramento

Uma das mais importantes alterações operadas no séc. XX foi a descoberta¹, exploração e utilização do petróleo. Os óleos combustíveis não só aumentaram a versatilidade e comodidade dos motores de combustão interna, como também a sua mobilidade, atendendo a que a gasolina ou o gasóleo podem ser facilmente transportados em depósitos para abastecimento dos motores. Este recurso natural é também responsável pelo grande desenvolvimento dos mercados, contribuindo para a modernização da indústria com o aparecimento de novas máquinas, que vieram aumentar a produção industrial.

“Nesta perspectiva, o mercado do petróleo, envolvendo desde a sua extracção à refinação e comercialização dos produtos dele derivados, é particularmente interessante pelo pioneirismo em termos de globalização dos produtos finais. É neste mercado que desde cedo melhor se detectam as condições que tantas vezes estão na base do funcionamento transnacional das empresas, e, por isso, não é de estranhar que fosse neste âmbito que surgissem as mais importantes empresas multinacionais desde o início daquilo que hoje designamos por processo de globalização.” (J. Caleia Rodrigues, 2000: 9)

Por toda a parte, as razões da mudança para o petróleo foram as mesmas: a crescente necessidade de energia como força propulsora. O resultado foi uma extraordinária expansão da indústria petrolífera que veio incrementar profundamente a moderna civilização tecnológica, a consequente procura permanente de novas fontes de combustíveis líquidos e a crescente disputa pela sua obtenção, ou, detenção das jazidas e, consequentes efeitos na variação dos preços internacionais do petróleo. À luz das suas mais importantes e variadíssimas aplicações, este recurso adquiriu um maior significado geopolítico, ou seja, estabeleceu-se uma relação directa entre os desígnios políticos de cada actor e a localização geográfica das grandes reservas, passando a interferir nas decisões políticas.

É neste contexto que têm ocorrido as designadas “Crises do petróleo”, todas depois da 2ª Guerra Mundial cuja gestação tem como pano de fundo um ambiente de conflitualidade. A primeira delas² ocorre entre os Estados e as grandes empresas exploradoras visando o

¹ Sobretudo, no Médio Oriente, inicialmente no Irão, mais tarde, em 1927, no Iraque e, em 1938, na Arábia Saudita.

² 1º Choque petrolífero, após a Guerra de Yom Kippur, em Outubro de 1973, aconteceu quando os países árabes decretaram um bloqueio ao fornecimento de petróleo aos países aliados de Israel, EUA, Holanda e Portugal.



controlo do processo produtivo e distributivo. As seguintes, numa etapa posterior³, enquadram o segundo tipo de conflito, ou seja, ocorreu entre os países produtores e os países consumidores.

O livro de Michael Klare, "Resource Wars: the new landscape of global conflict", permite-nos começar a olhar o mundo das guerras após a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de um outro modo. À antiga divisão bipolar em torno de zonas de influência ideológica, sucedeu-se um mosaico multipolar de conflitos, com lógicas diferenciadas, em que brotam múltiplas fagulhas incendiárias, desde os motivos civilizacionais ancestrais aos interesses económicos mais óbvios, designadamente, a disputa de recursos energéticos, de mercados, etc.

Michael Klare refere três áreas particularmente críticas na geopolítica de hoje que têm incontornavelmente a ver com recursos naturais que poderemos designar de "estratégicos" - o Golfo Pérsico celebrizado por ser a mãe de todas as jazidas de petróleo; a bacia do Mar Cáspio, a maior massa de água interior do mundo, subitamente catapultada para a ribalta pela sua importância vital em gás natural e também petróleo; e os mares do Sul da China, pelo petróleo "offshore" e as rotas marítimas. O autor designa estas três regiões como as "linhas de fractura" sísmica político-militar mais importantes nos tempos que correm.

Pode-se dizer então que para além de oportuno, este tema reveste-se da máxima importância, uma vez que está no centro das grandes questões políticas mundiais, ocupando uma elevada prioridade na agenda política internacional. Em constante mutação, toda a problemática em torno do petróleo afecta, hoje em dia, praticamente a totalidade das actividades realizadas pelo homem, assumindo-se como um factor preponderante para a competitividade/ conflitualidade actual.

Objectivo do estudo

Este tema obriga a uma visão global sobre o petróleo procurando entender que reservas existem e onde, bem como todas as dinâmicas de poder em seu torno. Obriga também a entender o petróleo tendo como pano de fundo a conflitualidade, interpretando de que forma este gera tensões, que actores são potenciais nestas tensões e que dilemas são induzidos no seu relacionamento face a outras interdependências que ligam tais actores.

³ 2º Choque petrolífero, surge numa primeira fase relacionado com a Revolução Islâmica no Irão e, numa segunda fase coincide com a Guerra Irão-Iraque.



Delimitação do estudo

Pela importância do trabalho e da investigação efectuada pode delimitar-se este trabalho a dois níveis: “Temporal” e “Conceptual”.

Relativamente ao nível temporal e, sem desprezar a já longa história deste recurso natural devido a determinadas referências no passado que podem ser de tamanho valor para o enriquecimento deste tema. Assim, a abordagem irá estar centrada a partir da metade do séc. XX até aos dias de hoje. Como já foi aflorado anteriormente, é nesta época que se começa a dar uma maior importância a este recurso natural e onde se identificam sinais claros de competitividade/ conflitualidade pela exploração deste recurso natural. Contudo, não quer dizer que se possa sair deste intervalo de tempo para explicar alguma situação que mereça ser esclarecida com dados anteriores a esta época.

No âmbito do nível conceptual e, sem total desprezo para todo o enquadramento geopolítico, que consideramos importante, este trabalho será centrado nas dinâmicas da conflitualidade, e por seu turno, tomamos por isso incontornável a análise de alguns conflitos actuais. Assim, centramos o nosso estudo no âmbito geoestratégico.

Metodologia considerada

Para o desenvolvimento desta temática recorreu-se fundamentalmente à consulta bibliográfica, documentação oficial e consulta de mapas. Para o desenvolvimento deste trabalho a questão central elencada foi: **“em que medida o petróleo se consubstancia como fonte de conflitualidade na actualidade?”**. É uma questão à qual não se responde com uma data, com um sim ou com um não. Ela conduz a uma pesquisa e análise intensa que obriga a um percurso metodológico que fizemos assentar nas respostas às seguintes questões derivadas:

1. Como se comportou este recurso ao longo da história? Que momentos centrais podemos eleger?
2. Como estão distribuídas as suas reservas pelo globo?
3. Em que medida o petróleo se constitui como factor de poder?
4. Quem são os seus grandes produtores, consumidores e como se relacionam?
5. Que papel para os grandes poderes mundiais neste domínio? (Estados Unidos da América (EUA), União Europeia (UE), China, Rússia)
6. Que quadro de alternativas se podem prospectar para este recurso?



7. Que linhas de continuidade e rotura podemos identificar entre os choques petrolíferos no passado e a actualidade?

As questões realizadas anteriormente conduzem-nos à formulação das seguintes hipóteses, que se pretendem validar ou negar:

- O relacionamento entre consumidores e produtores não pode ser tipificado dado que encontramos diferentes situações, designadamente relacionamento tenso e de clara cooperação.
- O petróleo constitui-se como factor de poder na actualidade.
- O petróleo consubstancia-se como fonte de conflitualidade na actualidade.

Estrutura geral do trabalho

O trabalho está estruturado na presente introdução e em quatro partes principais, sendo que no final serão retiradas as conclusões que traduzam as grandes linhas orientadoras deste estudo, culminando incontornavelmente numa resposta cabal à já referida questão central.

Na primeira parte, designada “Enquadramento Conceptual”, procura-se constituir todo o acervo conceptual essencial como sustentáculo do trabalho.

A segunda parte será constituída pelo “Contexto Histórico”, onde é permitido entender o comportamento deste recurso no passado, designadamente a partir da 2ª metade do séc. XX, bem como os momentos mais críticos normalmente apelidados por “choques petrolíferos”.

Na terceira parte irá ser abordada a “Geopolítica e Geoestratégia do Petróleo”, sendo que nesta fase vai ser feita inicialmente uma análise que procure correlacionar a localização geográfica das grandes reservas com as dinâmicas políticas geradas. Torna-se fundamental entender onde temos petróleo e em que quantidades, quem o possui, quem o controla e que objectivos políticos se consubstanciam tanto de uma forma directa como sofismada. Ainda nesta parte, para fechar este desenvolvimento iremos falar da Geoestratégia do Petróleo que necessariamente nos leva a uma focagem maior para as regiões onde a conflitualidade e a existência de petróleo se registem simultaneamente, procurando encontrar linhas de continuidade ou não.

Por fim, serão feitas as conclusões, onde em jeito de considerações finais são sistematizadas as grandes linhas que nos permitam responder à questão central deste trabalho.



1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Para uma melhor percepção deste trabalho, é necessário ter em mente determinados conceitos que se consideram essenciais para a total compreensão do mesmo.

Assim, entende-se que qualquer tema terá associado a si um conjunto de conceitos que constituem um sustentáculo obrigatório. Para cada conceito existem muitas vezes entendimentos diferentes consoante o autor. Deste modo procurou-se fazer essencialmente a revisão bibliográfica baseada em autores de comprovada competência na matéria, encontrando assim de forma inequívoca e objectiva significados claros para os leitores deste trabalho. Designadamente, os conceitos de Geopolítica, Geoestratégia, Poder, Reserva Petrolífera, Conflito, Petróleo, entre outros, não menos importantes.

Actores das Relações Internacionais, “Por actores das Relações Internacionais entendemos todos os agentes ou protagonistas com capacidade para decidir das relações de força no sistema internacional, isto é, agentes com poder para intervir e decidir das Relações Internacionais aos seus mais variados níveis, de forma a poderem atingir os seus objectivos. A Política Internacional, depende, em grande parte, do jogo dos actores.

Dentro dos actores podemos distinguir o actor principal (o Estado), os actores públicos (organizações internacionais) ou actores privados (indivíduos, empresas, organizações não governamentais, etc.) ou, de outra forma, actores principais, derivados e secundários.”

(Fernando de Sousa, 2005: 5)

Actor Global, segundo Brzezinski a hegemonia americana pode ser classificada global, envolvendo uma influência decisiva mas não um controlo directo. Tendo supremacia nas seguintes áreas: militar, económica, tecnológica e cultural.

(Brzezinski, 1997)

Agressão, “Ataque ou intervenção ilegal, injustificada ou imoral de um Estado ou aliança de Estados contra outros. De acordo com a definição da ONU, «emprego da força armada contra a soberania, integridade territorial ou independência política de um outro Estado».”

(Fernando de Sousa, 2005: 10)



Ameaça, “Considera-se como Ameaça à segurança toda a acção interna ou externa, directa ou indirecta, que se manifeste sob a forma de violência política, económica, ideológica ou militar (GERALDES, Araújo).”

(Lages Ribeiro, 2008: 7)

Balança de Poder, “Traduz uma condição de equilíbrio geral, de tal modo que nenhum Estado tenha capacidade para dominar os outros, evitando uma situação de hegemonia ou predominância. Desta forma, mantém-se intacta a multiplicidade de Estados numa condição de equilíbrio que permite a manutenção do status quo.”

(Fernando de Sousa, 2005: 23)

Bloqueio, “O bloqueio tanto pode ser uma modalidade operacional de guerra como uma solução coerciva, mas pacífica, de tentativa de resolução de conflitos internacionais. Em qualquer caso, consiste em impedir as comunicações, por terra ou mar, de um Estado ou região. A sua finalidade última visa impedir as relações entre uma potência inimiga e os outros Estados. Pode ser total ou abranger apenas o comércio de certos bens.”

(Fernando de Sousa, 2005: 28)

Cartel, “Acordo formal ou informal entre empresas com a finalidade de diminuir ou, mesmo, suprimir a competição em determinado mercado.”

(Lages Ribeiro, 2008: 33)

Choques Petrolíferos, “Conceito que traduz aumentos sucessivos e maciços do preço do petróleo em 1973-1974 (primeiro choque) e em 1979-1982 (segundo choque). A guerra israelo-árabe dos seis dias e conflito Irão-Iraque respectivamente, estão na origem destas altas desordenadas do preço do petróleo, que vieram pôr a nu as fragilidades do Ocidente quanto a fontes de energia.”

(Fernando de Sousa, 2005: 33)

Comércio Internacional, “Compra e venda de bens e serviços, especialmente entre países, com a particularidade de o comércio internacional envolver, regra geral, a utilização de diversas moedas e estar sujeito a regulamentações adicionais tais como tarifas, quotas e controlos cambiais.”

(Fernando de Sousa, 2005: 40)



Comunidade Internacional, “É composta pelos Estados com território definido e população permanente, pelas organizações intergovernamentais que associam Estados soberanos, pelas organizações não-governamentais e por grupos humanos dotados de identidade que protagonizem relações internacionais.”

(Lages Ribeiro, 2008: 50)

Conflito, “Rivalidade ou antagonismo entre indivíduos ou grupos de uma sociedade. O conflito pode ter duas formas: uma ocorre quando há um confronto de interesses entre dois ou mais indivíduos ou grupos; a outra acontece quando há pessoas ou colectividades envolvidas em luta directa com outras. O conflito de interesses nem sempre leva à luta declarada, enquanto os conflitos directos pode, por vezes, surgir entre grupos que, erradamente, acreditam que os seus interesses são opostos aos dos outros grupos.”

(Fernando de Sousa, 2005: 47)

Crise, “Uma crise é um ponto de viragem decisivo entre actores ou entre actores e o seu meio. Descreve uma situação grave de ameaça a objectivos prioritários, que, embora não envolvendo conflito armado, exige uma resposta rápida e adequada dos centros de decisão políticos, dada a elevada probabilidade de escalada para a guerra.”

(Fernando de Sousa, 2005: 56)

Crise Económica, “Recessão económica muito pronunciada (isto é, com forte queda do Produto Interno Bruto) e prolongada no tempo.

O desenvolvimento do capitalismo industrial fez-se com rupturas marcadas por crises. No Antigo Regime, as crises eram geralmente breves, brutais, tumultuosas - crises de subsistência; a partir da segunda metade do século XVIII, as crises passam a ser mistas, atingindo não só o sector industrial, urbano e rural; a partir dos anos de 1860, aparecem as crises modernas ou crises de superprodução, atingindo fundamentalmente a actividade industrial.”

(Fernando de Sousa, 2005: 56)

Crise Internacional, “É uma sequência de interacções entre governos de dois ou mais Estados soberanos, em conflito grave, perto da iminência de guerra, porém, com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade de guerra.”

(Lages Ribeiro, 2008: 66)



Desenvolvimento Económico, “Aumento do nível da actividade económica, muitas vezes avaliado pelo crescimento do Produto Interno Bruto. De uma forma geral, o desenvolvimento económico implica transformações estruturais, com deslocações populacionais da agricultura (sector primário) para a indústria (sector secundário) ou para os serviços (sector terciário).”

(J. Caleia Rodrigues, 2000: 247)

Embargo, “Proibição governamental de certa actividade. Por extensão, um embargo comercial é a proibição de trocar com determinada nação, seja um produto, um conjunto de produtos ou o comércio encarado no seu todo.”

(J. Caleia Rodrigues, 2000: 247)

Estado, “Segundo Marcello Caetano, o Estado é constituído por um «povo fixado num território, de que é senhor, e que, dentro das fronteiras desses territórios, institui, por autoridade própria, órgãos que elaborem as leis necessárias à vida colectiva, e imponham a respectiva execução».”

(Fernando de Sousa, 2005: 77)

Estratégia, define-se como “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política”.

(Abel Couto, 1988: 209)

“A arte e a ciência de desenvolver e usar a força política, económica, psicológica e militar, quando necessário, em tempo de paz ou de guerra, para conseguir o máximo apoio às políticas, de modo a aumentar as probabilidades favoráveis da vitória e diminuir as probabilidades de derrota.”

(Lages Ribeiro, 2008: 120)

Geoestratégia, “(...) poderemos considerá-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objectivos (MARTINS, François).”

(Lages Ribeiro, 2008: 146)



Geografia, “À Geografia compete estudar a distribuição espacial dos fenómenos naturais e humanos, examinar as interações de uns sobre os outros e procurar perceber as relações causais. Procura além disso, prever as tendências, as probabilidades e as possibilidades de transformação, os efeitos prováveis das alterações possíveis. Tem um carácter prospectivo e de previsão.”

(Tenente Coronel Sá Seixas)

Geopolítica, “É uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os factores geográficos e os fenómenos políticos, a fim de mostrar que as directivas políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos (CASTRO, Josué de).”

(Lages Ribeiro, 2008: 146)

“Método explicativo que relaciona os factores de poder do Estado com a política internacional e o meio geográfico.

A geopolítica é uma combinação da ciência política e da geografia, que estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o quadro geográfico no qual ela se exerce (Pascal Boniface).”

(Fernando de Sousa, 2005: 89)

Hidrocarbonetos, “Compostos químicos constituídos exclusivamente por carbono e hidrogénio.”

(Raymond Chang, 2006: 243)

Mercado Comum, “ Conceito de natureza político-económica que implica a união aduaneira, mais a livre circulação dos factores de produção - a liberdade de movimentação dos trabalhadores, a livre circulação dos capitais, a liberdade de estabelecimento dos produtores e comerciantes, e a livre prestação de serviços pelas empresas ou pelos profissionais livres no caso da Europa. ”

(Fernando de Sousa, 2005: 114)

Multinacional, “Firma ou corporação que possui firmas subsidiárias ou sucursais no exterior. Segundo a ONU, empresas originárias de um país, com actividades estáveis controlando filiais em, pelo menos, dois países estrangeiros, onde realiza mais de 10% do seu volume de negócios. As firmas multinacionais, mais recentemente designadas por supranacionais, globais ou transnacionais, segundo Elie Cohen, são «conjuntos com forte presença mundial, cuja vulnerabilidade aumenta à medida da sua visibilidade universal e da



amplitude do património material ou imaterial que acumulam», desempenhando um papel fundamental na globalização. Nas multinacionais, mais do que a sua dimensão, conta a sua organização e valor, como no caso das Pequenas e Médias Empresas (PME) de alta tecnologia. O seu papel nas Relações Internacionais ultrapassa a simples dimensão económica, uma vez que a sua estratégia de deslocalização, assim como a globalização/desregulamentação das suas actividades transnacionais, põe em causa, a partir dos anos 1980, a soberania dos Estados.”

(Fernando de Sousa, 2005: 121)

Organização Internacional, “Uma organização internacional é uma associação de Estados soberanos, criada na base de um tratado multilateral chamado «carta», «estatuto» ou «acto constitutivo», e dotada de órgãos permanentes encarregados da realização dos objectivos da referida organização. Diversamente da organização não governamental, a organização internacional dispõe de uma existência jurídica própria.”

(Henrique Ribeiro, 2008: 242)

Organização Não-Governamental, “Organizações internacionais privadas compostas por associações ou movimentos nacionais sem fins lucrativos. De carácter transnacional, sem personalidade jurídica internacional, as suas áreas de acção são bastante diversificadas, incluindo aspectos ecológicos (Greenpeace), humanitários (Comité Internacional da Cruz Vermelha), desportivos (Comité Olímpico Internacional) e educativos entre outros. O aumento significativo destas organizações resulta de vários factores, destacando-se a globalização, a afirmação do papel do indivíduo nas Relações Internacionais, e a importância crescente dos meios de comunicação na vida internacional.”

(Fernando de Sousa, 2005: 133)

Petróleo, é uma mistura complexa de milhares de compostos, a maioria deles hidrocarbonetos originados a partir de uma pequena fracção de matéria vegetal produzida por fotossíntese que se encontra no solo enterrada à milhares de anos. A proporção desses compostos varia de um campo petrolífero para outro.

(Colin Baird, 2002: 274)

Poder, “O poder está no centro das reflexões sobre as relações internacionais. Com efeito, as relações entre os Estados repousam em grande parte no poder, isto é, na capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua vontade política, ou até mesmo de lhes



impor a sua vontade. O termo «poder» (potência) serve também para designar os Estados que exercem um papel preponderante na cena internacional.”

(Henrique Ribeiro, 2008: 277)

Política, “A Política é a actividade dos órgãos do Estado, cujo objectivo directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral” na consubstanciação da Segurança e do Bem-Estar como fins teleológicos.

(Cabral Couto, 1988: 215)

Produto Interno Bruto (PIB), “Avaliação da produção económica anual do país, realizada dentro do seu próprio território. Aceite internacionalmente como medida do desempenho económico nacional.”

(J. Caleia Rodrigues, 2000: 251)

Relações Internacionais, “As Relações Internacionais, como escreveu Philippe Braillard, são tradicionalmente consideradas como «um conjunto de ligações, de relações e de contactos que se estabelecem entre os Estados, muito particularmente no âmbito da sua política externa».”

(Fernando de Sousa, 2005: 159)

Reserva Provada, “São aquelas das quais temos certeza de sua disponibilidade e podem ser definitivamente exploradas.”

(Colin Baird, 2002: 250)



2. CONTEXTO HISTÓRICO

O petróleo é um produto que apareceu de forma gradual no quotidiano das mais diversas civilizações espalhadas por todo o mundo.

Ao longo dos anos, o petróleo ganhou cada vez mais importância pois, a sua utilização foi sendo cada vez maior, sendo utilizado nas mais variadas actividades realizadas pelo Homem.

A primeira perfuração da história deu-se em 28 de Agosto de 1859 por um senhor de seu nome Edwin Drake, que extraiu petróleo em Titusville, Pennsylvania. Inicialmente, o petróleo era apenas utilizado para a iluminação doméstica e alguns dos seus derivados serviam como fármacos. Com o decorrer dos anos este recurso foi ganhando mais importância na economia mundial. As necessidades energéticas destas economias eram saciadas, maioritariamente, por energias não renováveis, sobretudo o carvão, mas com o passar dos anos o petróleo foi ganhando cada vez mais utilização, uma vez que, este último apresenta algumas vantagens em relação ao outro recurso. Logo à partida destacamos o rendimento calorífico energético, pois é superior ao do carvão, o facto de ser um fluido viscoso facilita o seu transporte através de pipelines, o que não é possível com o carvão, porém, a vantagem mais significativa deste recurso é a possibilidade de dar origem a vários produtos depois da sua refinação, a título de exemplo, podemos destacar a gasolina, o gasóleo, a benzina, lubrificantes, detergentes, plástico e como já foi referido anteriormente medicamentos. (Regina Salvador, Pereira Marques)

Durante o séc. XX, foram aparecendo novas máquinas, cada vez mais modernas. Nas grandes cidades podia ver-se os carros eléctricos, os automóveis e, as fábricas modernizaram-se para melhorar e aumentar as linhas de produção. Como já é sabido, em primeiro lugar apareceram as máquinas a vapor, contudo, em 1910, surge o primeiro tractor a gasolina. Assim sendo, o petróleo e a gasolina tornaram possível o aparecimento dos motores de combustão interna. Devido ao aparecimento destes motores, e também das inúmeras utilizações que o petróleo passou a ter, a produção mundial aumentou enormemente, com a abertura de novos poços e também, através da indústria que se desenvolveu à volta da refinação e dos transportes para fazer com que este recurso chegue aos países consumidores.

“Os Estados Unidos, bem providos de recursos petrolíferos, lideraram o desenvolvimento das tecnologias da área do petróleo, sobretudo as ligadas à indústria automotora e petroquímica.” (J. Caleia Rodrigues, 2000: 74)



Com toda esta expansão, o petróleo depressa começou a substituir o carvão, até mesmo nos locais onde esta substituição era muito discutível. Assim, passou a ser utilizado predominantemente como fonte de energia nas indústrias, na agricultura, nas minas, em toda a gama de transportes e no aquecimento.

Portanto, este recurso natural ganhou uma importância de tal modo, que a interrupção do seu fornecimento poderia conduzir a fortes lacunas no bem-estar, na capacidade de defesa e, levar à paralisação das sociedades, pelo que “as guerras ganhar-se-iam com petróleo e pelo petróleo se derrubariam e levantariam governos”. (Pablo Piacentini.1984:8)

O grande impulsionador do negócio petrolífero foi John Davison Rockefeller, também conhecido pela “Grande Mão”, iniciou-se como contabilista numa loja de Cleveland. Em 1863 e depois de ter obtido grandes lucros com a sua loja devido à Guerra da Secessão que encareceu as mercadorias, Rockefeller adquiriu em sigilo uma parte das acções de uma refinaria. Em 1865 apropriou-se totalmente da sociedade, depois de ter afastado os seus sócios, nesta altura já era a maior refinaria de Cleveland. No ano de 1870 fundou a “Standard Oil Company”, sendo que em 1880 já refinava cerca de 95% do petróleo Norte-Americano. Deste modo, tendo construído os seus próprios oleodutos, passou a obter maiores lucros, uma vez que este transporte era mais económico que o transporte por caminhos-de-ferro e, permitia também o transporte de grandes volumes de petróleo bruto.

Em 1885 o grupo Standard já era uma potência nos mercados internacionais onde realizava 70% das suas operações e possuía uma grande frota de navios cisterna.

Devido a uma acção movida contra a Standard, em 1911, o grupo foi obrigado a separar-se em diversas sociedades, sendo que, 3 das 34 empresas separadas da sede mãe Standard (Exxon, Socal e Mobil) fazem parte das sete irmãs⁴.

“O petróleo e a política andaram sempre de mão dada nas suas correrias continentais, sobretudo nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha. Remonta a antes da Primeira Guerra Mundial o facto dos dirigentes da política, da indústria e das finanças, terem em ambos os países plena consciência da relevância que o petróleo poderia adquirir, desde fonte de energia para o crescimento industrial e dos transportes, até ao valor do combustível para fins militares”. (Pablo Piacentini.1984:21)

Após muitas discussões e muita controvérsia estabeleceu-se a certeza de que os melhores jazigos encontravam-se nas mediações do Golfo Pérsico (anexo A). Depois do império turco ter sido desmembrado, vários países interessaram-se pela exploração deste território. Foi na

⁴ As sete maiores empresas – Exxon, Mobil, Gulf, Texaco, Chevron (Socal), British Petroleum e Shell.

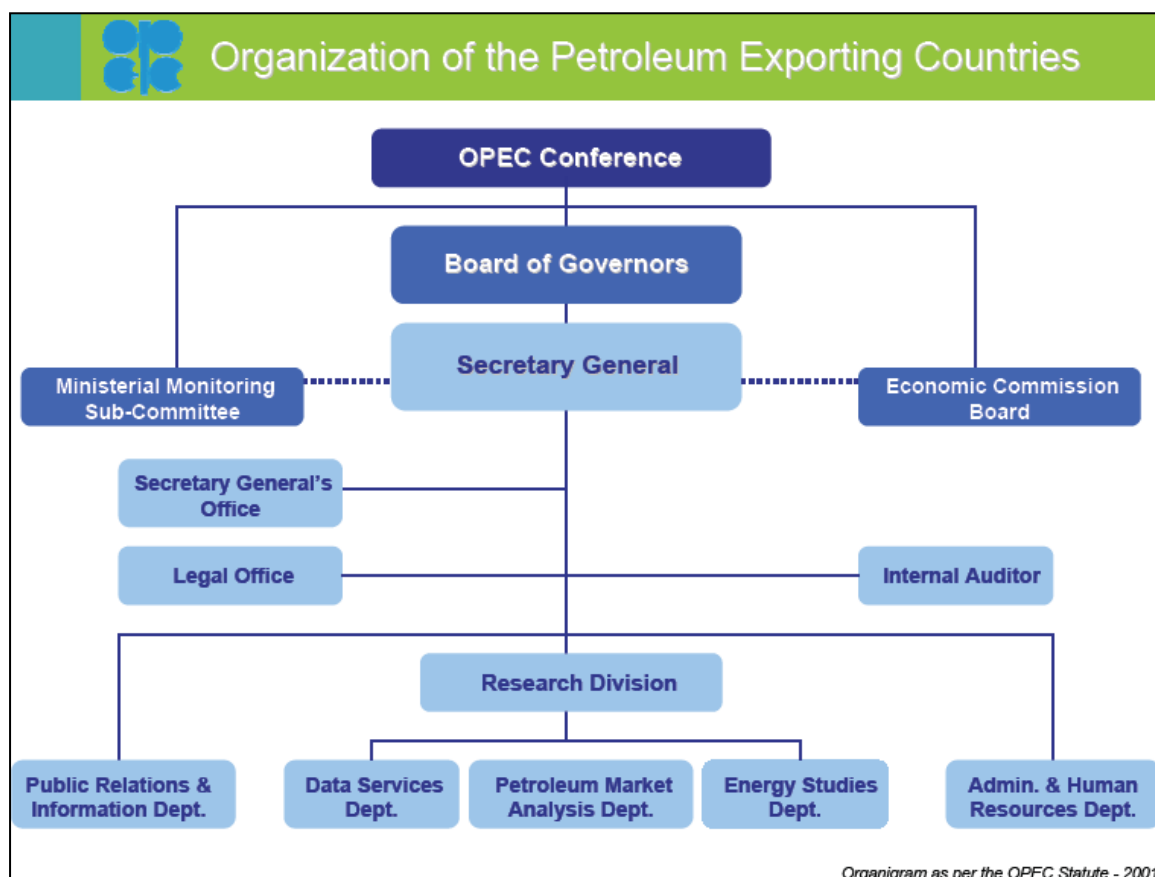


conferência de San Remo⁵ que a Inglaterra entregou à França a quota da Turkish, tendo a França criado desde logo a “Compagnie Française des Petroles”⁶ para a exploração daquele território.

A 14 de Setembro de 1960 é fundada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esta organização foi fundada por cinco países, Irão, Iraque, Koweit, Arábia Saudita e Venezuela, numa Conferência em Bagdad. O principal objectivo destes países ao fundarem a OPEP foi, proteger os preços do petróleo e as receitas dos seus Governos. A sede da OPEP é em Viena, Áustria. O número de países membros foi aumentando gradualmente, sendo que, o Qatar aderiu ainda no mesmo ano e em 1962 foi a vez da Líbia e a Nigéria se juntarem a este grupo. Nos anos seguintes aderiram os Emiratos Árabes Unidos, a Argélia, o Gabão, o Equador e a Indonésia. Mais tarde, em 1973, esta organização já controlava 90% das exportações de petróleo por todo o mundo. “Os órgãos da OPEP são: a Conferência, autoridade suprema da organização, composta por representantes dos países membros, que reúne duas vezes por ano; o Conselho de Administração, que gere a organização e executa as resoluções da Conferência, com um administrador por cada Estado-membro nomeado por dois anos, e reunindo, pelo menos, duas vezes por ano; o Secretariado, chefiado por um secretário-geral, é composto por vários departamentos; e a Comissão Económica, um órgão especializado permanente, no âmbito do Secretariado, que visa dar assistência à organização na promoção da estabilidade dos preços internacionais.” (Fernando de Sousa, 2005: 134)

⁵ Distribuição do território Otomano, “ A **Conferência de San Remo** (19-26 de abril de 1920, San Remo, Itália), realizada pelo conselho supremo aliado após a Primeira Guerra Mundial, determinou a atribuição de mandatos da Sociedade das Nações às potências vitoriosas, para que estas administrassem territórios anteriormente pertencentes ao Império Otomano no Médio Oriente. As decisões da conferência apenas confirmaram (por exemplo, no que respeita à Palestina) as conclusões da Conferência de Londres (Fevereiro de 1920). O Reino Unido recebeu o mandato da Palestina e do Iraque, enquanto que a França ganhou o controle da Síria, inclusive o actual Líbano. As fronteiras entre aqueles territórios não foram especificadas.” (Wikipédia)

⁶ Designada de oitava irmã



Fonte: http://www.opec.org/aboutus/organigram/OPEC_ORGANIGRAM.pdf

Figura 1: Organograma da Organização dos Países Produtores de Petróleo

Em Junho de 1967 e, devido à chamada Terceira Guerra Israelo-Árabe, também conhecida por Guerra dos Seis Dias (1967, 5-10 de Junho), deu-se o primeiro embargo ao fornecimento de petróleo por parte dos países árabes exportadores. Os países árabes exportadores de petróleo bruto realizaram uma reunião de emergência na qual ficou decidido cortar o fornecimento aos Estados Unidos da América, à Grã-Bretanha e à Republica Federal da Alemanha, ficando excluída desse embargo a França, uma vez que esta tinha condenado a acção de Israel na Guerra dos Seis Dias.

Em Agosto deste mesmo ano foi posto termo ao primeiro embargo de fornecimento de petróleo. Contudo, os Ministros Árabes das Finanças e do Petróleo decidiram criar a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), que, tal como o nome indica, era constituída apenas por países exportadores árabes. No dia 9 de Janeiro de 1968 é finalmente criada a OPAEP, em Beyrouth, pelos países, Arábia Saudita, Koweit e Líbia, sendo alargada mais tarde à Argélia, Bahrein, Dubai e Qatar (1970) e por último, ao Egito, Iraque e Síria (1972).



Entre 6 e 24 de Outubro de 1973, aconteceu a Quarta Guerra Israelo-Árabe, também designada de Guerra de Yom Kippur. Por consequência, a 16 de Outubro de 1973, verificou-se o Primeiro Choque Petrolífero, imposição do embargo árabe ao fornecimento de petróleo bruto. Os países membros da OPAEP, numa reunião que teve lugar no Koweit, decidiram aumentar em 70% os preços de venda do petróleo. A título de exemplo, enquanto que os EUA estavam a pagar 2,7 mil milhões de dólares pelas suas importações de petróleo em 1970, passaram a pagar pela mesma quantidade 24 mil milhões de dólares em 1974. (J. Caleia Rodrigues, 2000: 228)

A 17 de Outubro de 1973, os países membros da OPEP decidiram reduzir o total da sua produção de petróleo em 5%, continuando a reduzir esta mesma percentagem por cada mês passado, até que Israel saísse de todos os territórios árabes ocupados ao longo da Guerra dos Seis Dias.

Esta ideia da redução da produção de petróleo foi ainda mais reforçada quando a 18 de Outubro, a Arábia Saudita, que era a detentora das maiores reservas do mundo, anunciou um maior corte na produção até que as exigências árabes fossem cumpridas. Com estas medidas tomadas, trouxe como consequência os aumentos dos encargos fiscais sobre o petróleo exportado e, devido a isto os preços aumentaram quatro vezes mais em 1974. Este embargo durou até ao dia 18 de Março de 1974, dia em que foi levantado.

O Segundo Choque Petrolífero surgiu inicialmente devido à Revolução Islâmica no Irão, devido a uma decisão do ayatollah Khomeyni em renegociar os contratos de exploração das companhias estrangeiras, nomeadamente a BP, criando um aparente mau estar entre as partes. Numa fase posterior da causa deste choque foi a Guerra Irão Iraque em 1980 e que só terminou em 1988. Durante estes anos, foram estas as duas causas do aumento abrupto do petróleo, uma vez que o preço do barril passou a custar entre 78/79 dólares nos anos de 1979/80.

Com estes dois choques petrolíferos viveu-se uma crise geopolítica de grandes proporções, uma vez que, tudo isto se passou num território bem definido, que tinha relações com problemas de disputas de território, contudo, tudo isto se reflectia por todo o globo. (Sébille-Lopez, 2006: 17)

Anos mais tarde, com a invasão do Iraque ao Koweit a 2 de Agosto de 1990, desencadeia o Terceiro Choque Petrolífero. Quando o Iraque invadiu o Koweit, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, levou a que a Organização das Nações Unidas (ONU) interviesse no conflito para que o Iraque se retirasse do território do Koweit, porém, antes da retirada, as forças iraquianas incendiaram todos os poços de petróleo existentes na região, tirando desde logo do mercado uma produção de 4,6 milhões de barris, o que provocou uma



gigantesca crise nos mercados mundiais e por consequência aumentando os preços deste recurso.

“Actualmente, D. Yergin considera, no que diz respeito ao petróleo, «que nenhuma outra matéria-prima tem laços tão estreitos com a geopolítica. Verifica-se isto no Médio Oriente, na Rússia, na China, na América Latina... Em todos os países do mundo». Estas afirmações, referentes a duas épocas bem distintas da história contemporânea, ilustram a importância perene do factor geopolítico nos jogos petrolíferos. Aquilo que, nos anos de 1930, era para os países desenvolvidos uma questão de política interna de primeira importância, relacionada com a segurança nacional, tornou-se, setenta anos mais tarde, numa trama geopolítica enorme e planetária.” (Philippe Sébille-Lopez, 2006: 9)

Durante estes setenta anos houve uma enorme evolução no que diz respeito ao mercado energético, devido a grandes avanços tecnológicos. Contudo, e devido, sobretudo ao desenvolvimento dos transportes, sofre-se ainda hoje uma grande dependência em relação ao petróleo (anexo B).

Aquando dos Choques Petrolíferos⁷, por todo o mundo, os países tentaram reduzir a sua dependência em relação a este recurso natural, recorrendo ao carvão que se tornou novamente na maior fonte energética dos EUA e Japão, sendo que este último aumentou as suas importações de carvão. A energia nuclear apresentou-se também como uma alternativa, tendo a França, aumentado a sua energia eléctrica à custa da desta fonte energética, com o principal objectivo de reduzir a sua dependência do petróleo importado. Com um projecto idêntico, o Japão, rapidamente se tornou no maior produtor mundial de energia nuclear (J. Caleia Rodrigues, 2000: 15). Mas, na verdade, o petróleo continuou a ser a principal fonte de energia mundial (anexo C).

“Em 1984, o petróleo era responsável, a nível mundial, por 39 por cento da energia primária total consumida.” (J. Caleia Rodrigues, 2000: 14)

“Segundo o relatório anual da Agência Internacional da Energia (AIE⁸) *Perspectives énergétiques mondiales 2003*, o consumo mundial de energia primária por tipos de recursos decompõe-se da seguinte forma: 35 por cento petróleo; 21,1 por cento gás natural; 23,3 por cento carvão; 11 por cento combustíveis renováveis (biomassa); 6,9 por cento nuclear; 2,2 por cento hidroeléctrico e 0,5 por cento de outras energias, nomeadamente, as energias renováveis. Por outro lado, a Energy Information Administration (EIA⁹), no seu *International*

⁷ 1973 Guerra do Kippur e de 1979-1980 revolução islâmica iraniana, estes choques tinham multiplicado por dez o preço do petróleo.

⁸ A AIE foi criada em 1974, a seguir ao primeiro choque petrolífero.

⁹ A Energy Information Administration é o órgão de informação do Departamento de Energia dos EUA.



Energy Annual 2002 e partindo de acontecimentos próximos, considerava que o consumo mundial de energia primário deveria duplicar, para passar além de 9 Gtep¹⁰ em 2001, para 18 Gtep em 2030. Nesta data, para a EIA, a parte dos hidrocarbonetos, isto é, o petróleo e o gás, continuará predominante e deverá ainda cobrir mais de 60 por cento das necessidades em energia comercial, com 73 por cento para o petróleo e 28 por cento para o gás. (Philippe Sébille-Lopez, 2006: 10)

Perante este cenário e, com o aparecimento de novos países a necessitarem destes recursos naturais para alimentarem a sua economia, é de prever que em vez de diminuir a procura pelos hidrocarbonetos, esta deverá aumentar desde que a sua oferta seja existente. Perante este cenário, actualmente, o vector principal de afirmação dos países é o económico. Portanto, o domínio das fontes energéticas é deveras importante para a afirmação económica, pois sem recursos energéticos estes países paralisam e as suas economias estão condenadas ao fracasso. Logo, as potências da actualidade verificaram que uma afirmação de ordem geoeconómica centrada no petróleo é um caminho incontornável para a afirmação, estando dispostas a lutar.

¹⁰ Gigatonelada equivalente em petróleo (mil milhões de toneladas).



3. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA DO PETRÓLEO

O petróleo é a principal fonte de energia para todo o planeta, contudo, esta riqueza não está naturalmente distribuída de igual forma entre os países. Tornou-se, provavelmente, no produto mais negociado entre países e organizações, facto demonstrado por este recurso ser o causador de crises entre governos.

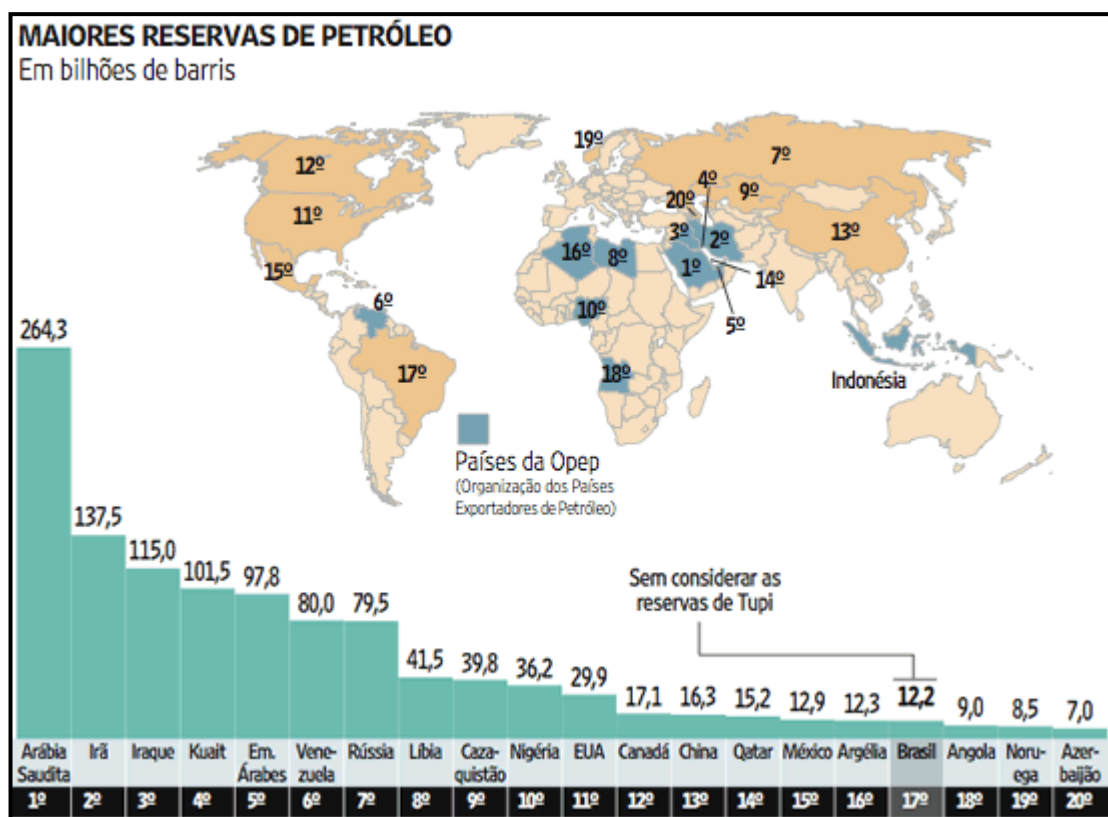
Para além das mais variadas aplicações que o petróleo pode ter, este recurso natural adquiriu também o maior significado geopolítico. Mesmo com jazidas petrolíferas espalhadas um pouco por todo o mundo, a grande parte da sua produção está localizada numa pequena área.

A Europa possui as mais pequenas reservas de petróleo, ao contrário dos EUA, Rússia, China e, inevitavelmente, os países do Médio Oriente, envolventes ao Golfo Pérsico que são a maior fonte de abastecimento do mercado petrolífero. (J. Caleia Rodrigues, 2000: 69)

Para compreender melhor toda esta envolvente em torno do petróleo, temos de olhar para a forma como este recurso está distribuído pelo globo, verificando quem o possui e quem o controla.

Conforme já vimos anteriormente, as maiores jazidas comprovadas de petróleo encontram-se na região do Golfo Pérsico, contudo, as reservas estão espalhadas um pouco por todo o mundo. Logo, nem só no Golfo Pérsico existem reservas, encontramos também na Ásia, América do Norte, América do Sul, América Central, no Norte do continente africano e no centro deste continente. Também podemos comprovar que as reservas estão distribuídas de forma desigual. Pelo gráfico (anexo D) verificamos que de 1986 para 1996 apenas houve um pequeno aumento das reservas do Médio Oriente e nos países que fazem parte da Eurásia, tendo as restantes reservas do mundo descido, contudo, houve um aumento das reservas mundiais de 877,4 mil milhões de barris em 1986 para 1049,0 mil milhões de barris em 1996. A partir de 1996 até 2006 podemos observar que as reservas aumentaram praticamente em todos os territórios onde existe petróleo, passando dos já conhecidos 1049,0 mil milhões de barris em 1996 para 1208,2 mil milhões de barris em 2006. Mas quem contribui para estas enormes reservas são sem dúvida os países do Médio Oriente que pelo gráfico vimos que só estes países, em 2006, possuem 61,5% de todas as reservas comprovadas no mundo, deixando desde logo para trás todos os outros países que possuem reservas. As restantes regiões encontravam-se em 2006 com, Eurásia 12%, África 9,7%, América do Sul e América Central 8,6%, América do Norte 5% e a região do Pacífico com 3,4%.

Perante este cenário, no mapa abaixo e o quadro (anexo E) mostram como estão distribuídas as vinte maiores reservas do mundo. Desde logo podemos constatar que a maior fatia do bolo pertence aos países do Médio Oriente mais propriamente à Arábia Saudita com uma estimativa de 264,3 biliões de barris seguida do Irão e do Iraque em segundo e terceiro lugar respectivamente. Nos últimos quatro lugares vem o Azerbaijão, Noruega, Angola e Brasil, contudo com a descoberta de novas reservas no Brasil (reserva de Tupi), é de prever que este país suba até ao 12º lugar ficando a par com os EUA (anexo F). Um facto a registar é a presença de 11 países pertencentes à OPEP nos vinte países com as maiores reservas mundiais.



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u391929.sh>

Figura 2: Mapa das vinte maiores Reservas Petróleo do Mundo (valores de Reservas em 2007, em biliões de barris de petróleo equivalente)

Contudo, temos de ter em conta que os grandes produtores de petróleo nem sempre são os grandes consumidores, logo há que se ter em atenção, como já foi referido anteriormente, que estes países consumidores não possuem petróleo suficiente ou não possuem este recurso no seu território para o desenvolvimento das suas economias, portanto têm de encontrar a forma mais vantajosa de importar este recurso natural que muitas vezes passa por controlar as reservas existentes no globo. O grande produtor, e devido ao facto de ter as

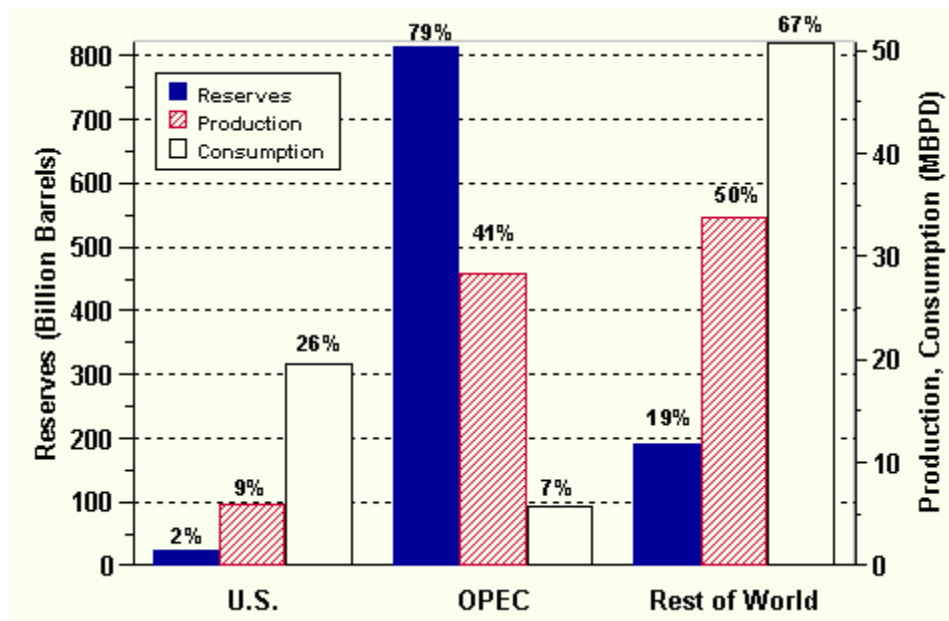


maiores reservas, é a Arábia Saudita com uma produção de 10,7 milhões de barris por dia, seguida pela Rússia com uma produção de 9,6 milhões de barris por dia e pelos EUA com 8,3 milhões de barris por dia (anexo G). Do mesmo modo que são os maiores produtores, a Arábia Saudita é também o país que maior quantidade de petróleo exporta (anexo H), em 2006, exportava 8,6 milhões de barris por dia, sendo seguida pela Rússia com 6,5 milhões de barris por dia. Uma vez mais podemos constatar que são os países pertencentes à OPEP que mais produzem e mais exportam petróleo como podemos observar na figura 3.

O facto mais curioso é que, sendo os EUA o terceiro país que mais produz, estes nem sequer aparecem na lista dos 15 países que mais exportam petróleo, contudo, são o país que mais importa este recurso energético. Como podemos ver no quadro em anexo, (anexo I) até ao ano de 2006, os EUA importavam 12,2 milhões de barris por dia, seguidos pelo Japão e pela China com 5 e 3,4 milhões de barris por dia respectivamente. Neste grupo de países não encontramos países que façam parte da OPEP, o que traduz que estes países não importam nenhum ou praticamente nenhum petróleo.

Visto que, os EUA são os maiores importadores de petróleo, então desde logo podemos chegar à conclusão que estes também são os maiores consumidores deste recurso natural. Através do quadro em anexo (anexo J) podemos observar aqueles países que mais consomem petróleo. Desde logo, destacamos os EUA, que consomem 20,5 milhões de barris por dia. A China encontra-se em segundo lugar, consumindo 7,2 milhões de barris por dia, na terceira posição encontramos o Japão com um consumo de 5,2 milhões de barris por dia.

A partir da figura 3 podemos fazer uma comparação daquilo que é produzido, consumido e das reservas que existem em três grandes blocos do mercado petrolífero que são, os EUA, a OPEP e o resto dos países do mundo. Percebemos logo à partida que os EUA consomem muito mais do que aquilo que produzem, uma vez que consomem 26% do petróleo consumido mundialmente e têm apenas 9% da produção mundial. Outro grande bloco nas mesmas circunstâncias são os restantes países, pois, estes consomem 67% e produzem 50% do petróleo. Por outro lado, opostamente, está a OPEP, que produz 41% do petróleo a nível mundial e consome apenas 7%. Por fim podemos reparar na diferença entre as reservas que cada bloco possui, onde a OPEP se destaca dos restantes.



Fonte: <http://www.encyclopedia.com.pt/images/articles/OilSituation.gif>

Figura 3: Comparação do que é produzido, consumido e das reservas que existem em três grandes blocos do mercado petrolífero

Avaliando a evolução dos preços do petróleo ao longo da história, podemos observar que este preço subiu exponencialmente e, por vezes, subitamente, quando relacionado com as crises no Médio Oriente, região esta, bem conhecida pela sua constante instabilidade. Já no passado Saul Bernard Cohen falava destas regiões como sendo cinturas fragmentadas, no seu livro “Geography and Politics in a divided World” começava por dizer, “O nosso mundo está dividido politicamente. Está dividido porque o homem o quer e porque a natureza o favorece”, ou seja, referia-se às regiões fragmentadas como sendo territórios que comandam pequenas áreas marítimas estratégicas; que se distinguiram pelas suas riquezas agrícolas e minerais; são áreas política e economicamente fragmentadas; pelas suas diferenças internas, parecem incapazes de conseguir uma unidade efectiva tanto no plano político como no económico; pela sua situação e características, é impossível o seu completo controlo por qualquer dos grandes poderes; servem de apoio às grandes potências em épocas de conflito; são áreas tampões, isto é, impedem o confronto entre as grandes potências.

Como já vimos anteriormente, o preço do petróleo aumentou enormemente devido à Guerra de Yom Kippur (anexo K) que originou o primeiro choque petrolífero e da revolução Islâmico Iraniana (anexo L) que originou o segundo choque petrolífero sendo que aumentou uma vez mais depois da intervenção militar americana no Iraque em 2003. No entanto, fazendo a comparação destes choques petrolíferos (1º e 2º choque petrolífero) com a situação que



vivemos na actualidade, se nos referirmos ao primeiro, em 1973, coincidiu com a quadruplicação do preço do petróleo e, fruto deste aumento, aconteceu um enfraquecimento da economia mundial que trouxe sequelas muito fortes, sobretudo, para os países que não possuíam petróleo no seu território, mais especificamente para os países que se encontravam menos desenvolvidos. Sendo que, segundo vários autores, actualmente ainda encontramos o seu efeito, a título de exemplo, em países pertencentes à América Latina e África. Estes países menos desenvolvidos, por terem uma menor capacidade de investimento, recorreram a empréstimos que ainda hoje os coloca muito dependentes dos países mais desenvolvidos. Foi por isso necessário criar condições para o pagamento destas dívidas alterando o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹¹, ou seja, negociar uma forma de pagamento das dívidas. Pelas causas que podemos constatar, parece claro que existem linhas de continuidade entre os choques passados com a actualidade, pois o abrandamento das economias e o endividamento serão sempre umas das consequências de qualquer choque petrolífero. Contudo, temos de ter em atenção os erros do passado para evitar que aconteça no futuro. Perante tudo isto, temos de ter ainda em conta, que nos choques anteriores quem decidia as quotas de produção era a OPEP, nos dias de hoje é diferente porque é o número de reservas que está a diminuir.

Em torno de toda esta envolvente dos súbitos aumentos do petróleo, verifica-se também que o preço deste recurso natural aumenta sempre que há uma maior procura, principalmente, se esta procura é repentina e inesperada. Um bom exemplo disto é a entrada da China e da Índia como grandes consumidores, não esquecendo as nações como o Brasil e Rússia que já se encontram em grande fase de crescimento.

Estes países entraram recentemente para o mundo dos mercados, sendo considerados como os principais países pertencentes ao grupo das economias emergentes. Segundo um estudo de pesquisadores do banco americano Goldman Sachs, fundamentados em estimativas como a evolução dos mercados, da produção e da demografia, anteviram que, durante as décadas vindouras, estes quatro países transformar-se-ão nas economias mais importantes do mundo, deixando para trás economias até então poderosas como são as do Japão e da Alemanha, prevendo que, pelo menos a China ultrapasse os EUA, considerada nos dias de hoje a maior potencia económica mundial. Se estas perspectivas se confirmarem, então estes quatro países irão impor-se no mundo como quatro das sete

¹¹ “O FMI foi criado na Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944. Os seus Estatutos conferem ao FMI a promoção da cooperação internacional em assuntos monetários, o aumento do emprego e do rendimento real através da expansão e do equilíbrio do comércio internacional, a estabilidade cambial, a multilateralização do sistema de pagamentos (para transacções correntes), o seu financiamento temporário e o contributo para a correcção dos desajustes da balança de pagamentos.” (Fernando de Sousa, 2005: 87)



maiores economias mundiais, formando assim, Brasil, Rússia, Índia e China, o chamado “BRIC” (anexo M). (José Roberto Caetano, 2006)

A China que é o país melhor colocado em relação aos outros três que constituem o BRIC, é de prever que irá multiplicar por seis o número de pessoas que estarão aptas para consumir no intervalo de tempo entre 2005 e 2015. Estes aumentos brutais do número de consumidores conduzem a um maior consumismo.

Segundo as previsões apontadas pelo estudo dos investigadores do Goldman Sachs três dos quatro países que formam este pequeno grupo estão a corresponder às expectativas, apenas o Brasil se encontra abaixo daquilo que estava previsto. (José Roberto Caetano, 2006) Conforme o quadro apresentado em anexo (anexo N) só estes quatro países possuem cerca de 2,75 biliões de habitantes, enquanto que, os restantes países de todo o mundo possuem cerca de 6,5 biliões de habitantes. No que diz respeito ao crescimento económico podemos reparar que a variação do PIB em 2005 na China era de 9,9%, da Índia 8,3%, da Rússia 6,4% e do Brasil 2,3%. Como já referido anteriormente, apenas o Brasil se encontra abaixo das expectativas, pois, é o único dos quatro países que possui uma variação do PIB em 2005 mais baixa que as dos restantes países do mundo que, era de 4,8%. Rússia, Índia e China estão bem acima deste valor registado.

Só este pequeno grupo de países consome a grande fatia de produtos comercializados. Como podemos reparar pelo quadro em anexo (anexo O), a título de exemplo, estes países consomem 57% do algodão produzido, 36% do trigo, 18% do petróleo, etc.

Perante todos os factos já constatados anteriormente, fazem com que estes países vão assumindo ao longo do tempo uma maior importância a nível internacional e, por sua vez, vão subindo no ranking mundial. No quadro abaixo, podemos verificar a subida destes países. Em 2005, apenas a China (5º lugar, com um PIB de 2,3 triliões de dólares) e o Brasil (11º lugar, com um PIB de 0,8 triliões de dólares), se encontravam dentro dos 12 primeiros lugares. Para 2025, prevê-se que, já figurem todos os quatro países do BRIC dentro dos 12 primeiros lugares, ficando a China (2º lugar, com um PIB de 11,7 triliões de dólares), a Índia (5º lugar, com um PIB de 3,6 triliões de dólares), a Rússia (8º lugar, com um PIB de 2,9 triliões de dólares) e o Brasil (12º lugar, com um PIB de 2,3 triliões de dólares). As perspectivas para 2050, já são de um claro domínio destes países, uma vez que, a China passará a figurar em 1º lugar, chegando mesmo a passar à frente a grande potência até então, que são os EUA. Assim, ficará a China (1º lugar, com um PIB de 49 triliões de dólares), a Índia (3º lugar com um PIB de 27 triliões de dólares), o Brasil (5º lugar, com um PIB de 8 triliões de dólares) e finalmente a Rússia (7º lugar, com um PIB de 6,2 triliões de dólares).



| PIB em 2005 (em trilhões de dólares) | | PIB em 2025 (em trilhões de dólares) | | PIB em 2050 (em trilhões de dólares) | |
|---|------|---|------|---|-----|
| 1.º Estados Unidos | 12,8 | 1.º Estados Unidos | 20 | 1.º CHINA | 49 |
| 2.º Japão | 5 | 2.º CHINA | 11,7 | 2.º Estados Unidos | 38 |
| 3.º Alemanha | 2,6 | 3.º Japão | 6,7 | 3.º ÍNDIA | 27 |
| 4.º Reino Unido | 2,3 | 4.º Alemanha | 3,9 | 4.º Japão | 8 |
| 5.º CHINA | 2,3 | 5.º ÍNDIA | 3,6 | 5.º BRASIL | 8 |
| 6.º França | 2,2 | 6.º Reino Unido | 3,3 | 6.º México | 7,8 |
| 7.º Itália | 1,8 | 7.º França | 3,2 | 7.º RÚSSIA | 6,2 |
| 8.º Canadá | 1 | 8.º RÚSSIA | 2,9 | 8.º Alemanha | 5,4 |
| 9.º Espanha | 1 | 9.º Coreia | 2,6 | 9.º Reino Unido | 5,1 |
| 10.º Coreia | 0,8 | 10.º Itália | 2,5 | 10.º França | 4,9 |
| 11.º BRASIL | 0,8 | 11.º México | 2,4 | 11.º Indonésia | 3,9 |
| 12.º México | 0,8 | 12.º BRASIL | 2,3 | 12.º Nigéria | 3,7 |

Goldman Sachs, CIA, FMI

Fonte: <http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0873/negocios/m0084353.html>

Quadro 1: Ascensão no ranking dos países do BRIC

No entanto, existem factores que estimulam a economia mas, também existem factores que perturbam o crescimento das mesmas. No quadro 2 apresentado encontramos algumas vantagens e desvantagens que contribuem para o crescimento da economia destes países, ou para o atraso das mesmas.

| Brasil | |
|---|--|
| Vantagens | Desvantagens |
| Potencial para ser o maior fornecedor mundial de produtos agrícolas | Carga tributária pesada e informalidade disseminada em muitos sectores |
| Grandes reservas minerais | Infra-estruturas precárias |
| Parque industrial diversificado | Educação deficiente |
| Rússia | |
| Vantagens | Desvantagens |
| Reservas abundantes de petróleo e gás natural | População com média de idade elevada e baixo índice de natalidade |
| População com bom nível educacional | Altos índices de corrupção e criminalidade |



| | |
|--|--|
| Carga tributária baixa | |
| Índia | |
| Vantagens | Desvantagens |
| Avanço em sectores de tecnologia, como informática | Infra-estrutura precária, com áreas urbanas caóticas |
| Grande população jovem e em crescimento acelerado | Sociedade organizada por sistema arcaico de castas e dividida por conflitos étnicos e religiosos |
| Elite bem formada e eficaz | |
| China | |
| Vantagens | Desvantagens |
| Alta capacidade industrial | População com tendência de envelhecimento rápido |
| Potencial para ter o maior mercado consumidor do mundo | Progresso realizado com grande devastação ambiental |
| Investimento intensivo em infra-estruturas e educação | Sistema político ditatorial |

Fonte: <http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0873/negocios/m0084353.html>

Quadro 2: Vantagens e desvantagem dos países do BRIC

A grande força destes quatro países está relacionada com a sua população, pois só este pequeno grupo possui cerca de 40% da população mundial. Contudo, a parte maior são chineses e indianos e, desde logo está relacionada com a economia, uma vez que, estes dois países possuem o mais acelerado crescimento económico. Com uma enorme mão-de-obra barata existente na China, levou a que este país se tornasse numa autêntica fábrica mundial, passando a exportar variadíssimos produtos.

Actualmente, a China importa cerca de três milhões de barris por dia, contudo, até 1993, não precisava de importar. Isto reflecte-se num aumento de trinta por cento na procura de petróleo a nível mundial. “Dos sete milhões de barris por dia que se produzem a mais desde o ano 2000, dois milhões vão para a China.” (Daniel Yergin, 2006) “Em comparação, a Índia consome apenas quarenta por cento do petróleo que a China gasta, mas as previsões vão no sentido de um aumento significativo nos próximos anos.” (Vijay Kelkar)

Em 2003, a China já era o segundo maior consumidor de petróleo, consumindo 5,56 milhões de barris por dia. Possuindo uma produção de 3,5 milhões de barris por dia, em 2004, a sua produção já não é suficiente para as necessidades energéticas do país. Para assegurar o fornecimento de petróleo, a China empenhou-se na produção de petróleo nos vários



continentes, como por exemplo, no Irão, na Rússia, na Venezuela, no Iraque, no Brasil, entre outros. Estabeleceram também, contactos com a Arábia Saudita, aproveitando-se do enfraquecimento da relação entre estes e os EUA para entrarem neste país, ou seja, a China não hesita em criar laços negociais com países que tenham relações menos boas com os EUA. (J. Caleia Rodrigues, 2000: 264)

Com o aumento da procura de petróleo, aumenta também o preço deste recurso natural no mercado, uma vez que, se a China e a Índia não forem introduzidos nos sistemas de regulação do mercado do petróleo controlados pelos consumidores, estes irão provocar uma autêntica corrida ao ouro negro. Neste sentido, caso haja crises, mesmo que seja em países de menor importância produtiva de petróleo, como por exemplo a Nigéria, estas crises podem ter um efeito evidente nos preços.

“Em todo caso, a questão principal subsiste intacta: a instabilidade estratégica e política no Médio Oriente, nomeadamente no Golfo Pérsico, onde estão dois terços das reservas comprovadas de petróleo, continua a ser o problema principal.” (Carlos Gaspar, 2006)

Para alimentar as grandes economias e permitir que estas se mantenham (EUA, Europa Ocidental e Japão) ou continuem a evoluir (China, Índia e Rússia) é necessário que estes países consigam a adquirir o petróleo a preços moderados e, para tal, é necessário atenuar ao máximo as crises que se fazem sentir no Golfo Pérsico, como foi a crise do Suez em 1956¹² (anexo P).

A China para garantir o petróleo necessário, para além de se ter virado para vários continentes, desenvolveu também importantes projectos com a Rússia. Assim, em 2003, as importações vindas da Rússia tiveram um aumento de 73%. “Depois da visita do primeiro-ministro chinês, Wen Jia Bao, em Setembro de 2004 a Moscovo, seguida da visita a Pequim do presidente Putin, a Rússia comprometeu-se a aumentar em 50 por cento num ano os seus fornecimentos de petróleo à China, para passar de 200.000 barris diários previstos em 2005, para 300.000 barris diários em 2006.” (Philippe Sébille-Lopez, 2006: 276) Ambos os países podem beneficiar deste relacionamento, por um lado a China consegue assegurar a entrada de recursos energéticos e, por outro a Rússia não pode ignorar esta grande oportunidade de negócio. “Desde 2001 que a China e a Rússia tinham assinado um tratado

¹² “No Egipto, após o derrube o rei Faruk, em 1952, é o coronel Nasser o homem forte do regime. Partidário de uma reforma agrária, decide nacionalizar o canal do Suez (Verão de 1956) para obter os meios financeiros necessários. É a **crise do Suez**: britânicos, franceses e israelitas entendem-se para reaver o canal (29 de Outubro – 6 de Novembro de 1956). Apesar de um fácil sucesso militar, as ameaças de réplica nuclear de Moscovo – que Washington se recusa a contrariar – fazem dobrar os adversários do Raïs, doravante figura emblemática do Terceiro Mundo e chefe do pan-arabismo. A crise do Suez permitiu entretanto à URSS recolher os aplausos dos países árabes, à excepção dos países do Golfo, que permanecem sob influência anglo-saxónica.” (Pascal Boniface, 2008: 204,206)



de amizade e de cooperação ao qual faltava um conteúdo concreto.” (Philippe Sébille-Lopez, 2006: 277)

Em África (anexo Q), a China virou-se para Angola e Nigéria. Em Angola, estreitaram laços de cooperação, uma vez que, a China recebia os recursos naturais e ajudava a Angola nas suas dificuldades, principalmente no restauro de vias-férreas. “A Angola era assim o quinto fornecedor de petróleo da China, em 1999 e o terceiro em 2003.” (Philippe Sébille-Lopez, 2006: 283)

Em relação à Nigéria, é uma relação que existe há já alguns anos, pois em 1977, Li Peng, então primeiro-ministro chinês, visitou a Nigéria para negociar projectos de cooperação petrolífera. (J. Caleia Rodrigues, 2000: 283) Mais tarde a China negociou a compra de petróleo nigeriano oferecendo em troca a restauração de caminhos-de-ferro neste país. Passo a passo, a China negocea contratos e acordos que a colocam numa posição confortável e de boas relações com a Nigéria, pois em 2004, o vice-primeiro-ministro chinês “anunciou que a China investiria 500 milhões de dólares no desenvolvimento do sector petrolífero na Nigéria, além de um projecto de formação de técnicos de petróleo nigeriano pela China.” (Philippe Sébille-Lopez, 2006: 285)

Assim, aos poucos a China vai ganhando a exploração de hidrocarbonetos na Nigéria.

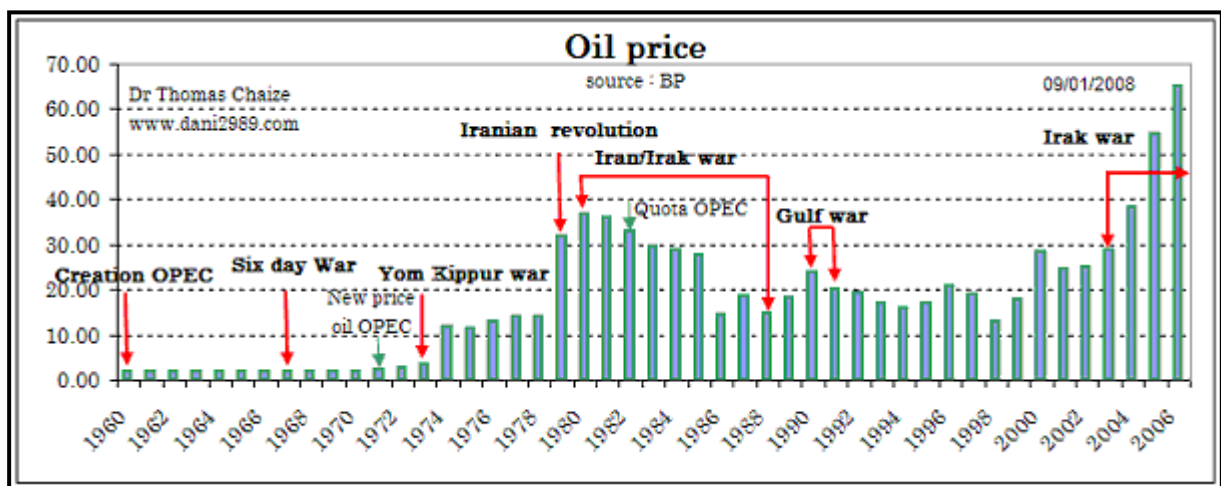
Nos dias de hoje é incontornável que o petróleo seja muito importante na senda internacional, na medida em que, vivemos num mundo que está completamente dependente do petróleo. Contudo, mesmo sabendo que os preços estão a aumentar astronomicamente e que, possivelmente, estes preços irão permanecer, mantemos os nossos hábitos inalterados. “Se a humanidade estiver disposta a aceitar a destruição ou consumação da civilização dentro de poucas gerações, a extracção de recursos pode prosseguir sem restrições, a colheita de recursos não renováveis excederá as taxas de equilíbrio e, consequentemente a sua extinção.” (J. Caleia Rodrigues, 2000: 31)

Perante este cenário de grande necessidade em adquirir recursos naturais não renováveis, nomeadamente o petróleo, é de ter em conta que estes não são infinitos e com toda a certeza que mais cedo ou mais tarde irão acabar, pois o Homem consome cada vez mais e tal consumo exige em demasia dos recursos dados pela natureza. Como já foi referido anteriormente, os consumos mundiais não têm parado de aumentar devido ao grande desenvolvimento que se tem registado muito por causa da expansão dos transportes, do desenvolvimento industrial e do crescimento demográfico e, quem suporta a grande fatia de tudo isto são os recursos não renováveis.

Os recursos não renováveis são sem dúvida alguma os mais utilizados, pois não são tão dispendiosos em relação aos renováveis. Contudo, os recursos não renováveis depois de

utilizados já não podem voltar a ser usados o que por consequência tem vindo a diminuir a sua existência. É por isso necessário procurar alternativas a estes recursos, que pode passar por várias hipóteses, onde destacamos, o gás natural, a energia nuclear, a energia solar e a energia eólica. O gás natural é neste momento o recurso melhor posicionado, uma vez que existe em grandes quantidades e é menos poluente, a sua grande desvantagem consiste no facto de a produção ser mais dispendiosa em relação à produção de petróleo e, continua a ser um recurso finito, tal como o petróleo. Uma outra alternativa passa pela energia nuclear, mas a instalação das centrais nucleares são muito caras e está sempre presente o problema da segurança, pois deparamo-nos constantemente com a possibilidade de acidentes nucleares como o de Chernobyl. A energia solar é mais uma alternativa, pois esta não polui o ambiente e é um recurso renovável. Contudo, é limitado a regiões do planeta que recebem muita intensidade dos raios solares, requer materiais especiais e muito caros. A energia eólica também é uma energia renovável e não poluente, contudo à semelhança da energia solar, também é muito cara e está sempre dependente das condições climáticas, uma vez que necessita de vento para produzir energia. (José Rodrigues dos Santos, 2008: 116,117)

Com as questões das energias alternativas muito longe de estarem resolvidas, ao longo dos anos tem-se verificado aumentos constantes do preço do petróleo, quase sempre associado a conflitos regionais, conforme se poderá constatar no gráfico seguinte:



Fonte: <http://www.dani2989.com/matiere1/opec0208pt.htm>

Figura 4: Relação do preço do Petróleo com a ocorrência de Conflitos entre 1960 e 2006

Analisando o gráfico podemos constatar que o preço do petróleo se mantinha estável durante o período 1960-1970. A partir de 1970 houve um pequeno aumento do preço. Entre



1973-1974 deu-se um aumento drástico, ou seja, coincide com o início da guerra de Yom Kippur. Durante 1975-1979 o preço manteve-se mais ou menos estável, não se registando grandes variações, contudo a partir de 1980 coincidindo novamente com um conflito (revolução iraniana e guerra entre Irão e Iraque) o preço volta a aumentar drasticamente, caindo, à medida que o conflito ia descendo de intensidade. Durante um período mantiveram-se os preços normais, voltando novamente a subir com a Guerra do Golfo em 1991. Durante cerca de uma década, o preço manteve-se estável, registando ao longo destes anos pequenas subidas e descidas do preço. Por último, e novamente por consequência de um conflito (Guerra do Iraque em 2003) voltou a registar-se um aumento abrupto do petróleo, não voltando a descer. Podemos então dizer que os aumentos do preço do petróleo estão intimamente relacionados com o aparecimento de conflitos.

Estes conflitos têm-se situado numa região do globo, que desde os tempos mais remotos se têm repetido quase sempre com causas claras (problemas religiosos e étnicos), o que poderá não acontecer no mundo de hoje, pois a conflitualidade não tem apenas as suas causas directas na procura de petróleo, e da grande necessidade energética das nações do séc. XXI, mas também em interesses geopolíticos de grande dimensão que terão tendência em acentuar-se sempre que haja necessidade de auto-regulação internacional de equilíbrios de poder entre as grandes potências.

Com a mudança de regime do Irão, os EUA perderam o seu principal aliado no Médio Oriente, passando mais tarde a apoiarem o Iraque durante a guerra contra o Irão (entre 1980-1988). Foi então que a política dos EUA começou a mudar. Com a invasão soviética ao Afeganistão esperava-se uma reacção americana. Como resposta, o Golfo Pérsico passou a figurar como interesse vital na doutrina carter¹³ e, os EUA colocaram-se ao lado de países como o Paquistão e a Arábia Saudita.

Com a queda do muro de Berlim, e consequentemente o final da Guerra Fria¹⁴, as maiores potências (EUA, Rússia), tiveram sentidos opostos, uma vez que, os EUA tentaram estender

¹³ “Política anunciada pelo presidente Jimmy Carter no seu discurso sobre o estado da nação, perante o Congresso, em 23 de Janeiro de 1980, declarando a disponibilidade norte-americana para usar a força militar, se necessário, contra qualquer força externa que ameaçasse os interesses norte-americanos no Golfo Pérsico, nomeadamente qualquer tentativa de controlo da região. Na sequência deste anúncio foi criada a Força de Reacção Rápida, entre outras iniciativas.” (Fernando de Sousa, 2005: 69)

¹⁴ “A expressão «guerra fria» é utilizada para qualificar dois períodos. Depois da queda do muro de Berlim (9 de Novembro de 1989), fala-se do «fim da guerra fria», delimitando este período desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao fim da dominação da Europa Central e Oriental pela URSS. Deve-se de facto assimilar guerra fria e período das relações Este-Oeste. Tomada num sentido mais limitado mas mais preciso, a guerra fria, que é objecto de debates entre historiadores, começa em 1946-1947 (recusa do plano pela URSS) e acaba em 1962 (crise de Cuba), dando lugar ao desanuviamento por etapas sucessivas (morte de Estaline em 1953, saída das tropas aliadas da Áustria em 1955, crise do Suez em 1956).” (Pascal Boniface, 2008: 174)



a sua influência com a finalidade de proteger os seus recursos, o seu território ou mesmo projectar a sua influência em outras áreas de interesse económico mundial. A Rússia, inicialmente perdeu influência tendo-se recolhido um pouco para proteger o território as regiões que ainda lhe pertenciam. Contudo, este país ao longo dos anos foi ganhando cada vez mais importância sendo considerado actualmente, tal como já foi referido atrás, uma potência em emergência.

Outra mudança política, e na opinião de muitos autores a mais importante, ocorreu no final da Guerra Fria quando se desencadeou a invasão do Iraque ao Koweit¹⁵. A intervenção dos Estados Unidos neste conflito tem recortes muito complexos, uma vez que, este conflito aconteceu numa altura em que se estava a viver o processo de desintegração da URSS, porque se tratava de devolver a soberania ao Koweit, para evitar que este ficasse sob controlo do Iraque, e, sobretudo, porque os EUA não estavam interessados que o Iraque se tornasse numa potência regional dominante. Não menos importante era o facto de os EUA garantirem, com preços razoáveis, o acesso aos produtos energéticos existentes no Golfo Pérsico. É devido a este facto (grande prioridade dada ao território do Golfo Pérsico), que podemos explicar a intervenção e a colocação de forças americanas na região do Golfo Pérsico e na Arábia Saudita, “no Médio Oriente, durante a guerra de 1991 contra o Iraque, perto de 10.000 soldados americanos foram colocados em cinco bases na Arábia Saudita.” (Philippe Sébille-Lopez, 2007: 84)

A invasão do Iraque ao Koweit e anos mais tarde a Guerra do Iraque em 2003 podem ter ou não influenciado o mercado petrolífero? À partida uma das causas para esta invasão foi o petróleo, uma vez que o então presidente do Iraque, Saddam Hussein, culpou o Koweit de estar a explorar ilegalmente os poços de petróleo do Iraque e de vender mais petróleo do que a quota que tinha sido deliberada pela OPEP, o que provocava uma descida dos preços do petróleo e que segundo ele estava a por em causa a economia iraquiana. Devido ao início da guerra, os EUA ficaram numa situação delicada, uma vez que, tinham perdido dois dos seus fornecedores de petróleo, pois o Golfo Pérsico tinha sido fechado. Se tivermos em atenção que os vários Governos Americanos ao longo dos anos nunca irão aceitar por em causa os hábitos dos seus cidadãos, então isso leva-nos a dizer que desde o primeiro choque petrolífero (1973), sempre que seja necessário intervir militarmente, estas missões

¹⁵ “A segunda guerra do Golfo (Agosto de 1990-Março de 1991) resultou pois de um desequilíbrio de forças entre uma nação proletária (o Iraque) e os ricos Estados petrolíferos da península, que o apoiaram no entanto com a criação, em 1981, do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Koweit, Emirados, Omã, Qatar). Só o enfraquecimento da URSS, apoio tradicional do Iraque, pode explicar a intervenção maciça dos Estados Unidos e dos seus aliados (aliança de 38 países, dos quais alguns árabes) para libertar o Koweit, com a cobertura das resoluções da ONU.” (Pascal Boniface, 2008: 210)



terão como pano de fundo o receio pela falta de petróleo mais barato. Esta invasão do Iraque ao Koweit teve uma série de consequências. Para enumerar algumas, o Iraque sofreu sanções económicas, a intervenção dos EUA veio avivar o anti-americanismo e o desastre ambiental devido aos poços de petróleo incendiados. Contudo, as oscilações no preço do petróleo provocadas por esta guerra foram diminuindo ao longo do tempo, como podemos observar na figura 4 acima apresentada. No início da guerra houve um aumento dos preços e, a partir de 1993 assistimos a uma diminuição.

Ao contrário do conflito de 1990 e, não perdendo como referência a figura 4, verificamos que a partir da Guerra do Iraque (2003), os preços nunca mais pararam de subir. Esta guerra é somente uma entre inúmeras razões para esta subida de preços, contudo, não podemos esconder os efeitos directos e indirectos que ela tem no que diz respeito a este tema. O que vivemos na actualidade é um novo tipo de conflitualidade, uma vez que, estas guerras ocorrem normalmente em regiões instáveis em que não conseguimos distinguir as diferenças entre guerra e crime organizado. Nestas “novas guerras” as pessoas civis são constantemente postas em causa, passando a ser elas as principais vítimas. Estes conflitos na actualidade são conflitos localizados, contudo, têm repercussões a nível global, sentindo-se cada vez menos segurança e menos confiança no futuro, sendo a Guerra do Iraque um bom exemplo de causa de insegurança e instabilidade à escala mundial, que têm claramente repercussões no mercado petrolífero.

Os EUA possuem forças em territórios estratégicos, de modo a que possam exercer influência sobre as regiões que são do seu interesse como é o caso das forças que possuem na Europa Ocidental, na Ásia Oriental e no Golfo Pérsico, forças estas que servem para garantir a estabilidade nestes territórios e impedir o possível aparecimento de potências regionais hostis. “Os Estados Unidos, com a primeira Guerra do Golfo, passam a ser uma potência regional no Médio Oriente, do mesmo modo que também são uma potência europeia e uma potência asiática.” (Carlos Gaspar, 2006)

Para que os EUA possam usufruir do estatuto de potência regional nesses territórios (Europa, Ásia e Médio Oriente), tentam fixar os seus adversários nos territórios que lhes pertence porque é nessas regiões que esta potência pode influenciar da forma que mais lhe convém os equilíbrios regionais e, onde pode controlar eventuais concentrações anti-americanas. Uma das formas dos EUA contrariarem esse anti-americanismo é a presença de forças americanas no Golfo Pérsico, pelo que, quem beneficia com a presença destas forças são as grandes potências regionais já referidas anteriormente.

Contudo, deveriam ser os europeus e asiáticos os mais interessados em controlar esta região do Golfo Pérsico, uma vez que, estes países estão mais dependentes do petróleo



dessa região do que os EUA, de onde recebem apenas 22 por cento do total do petróleo importado.

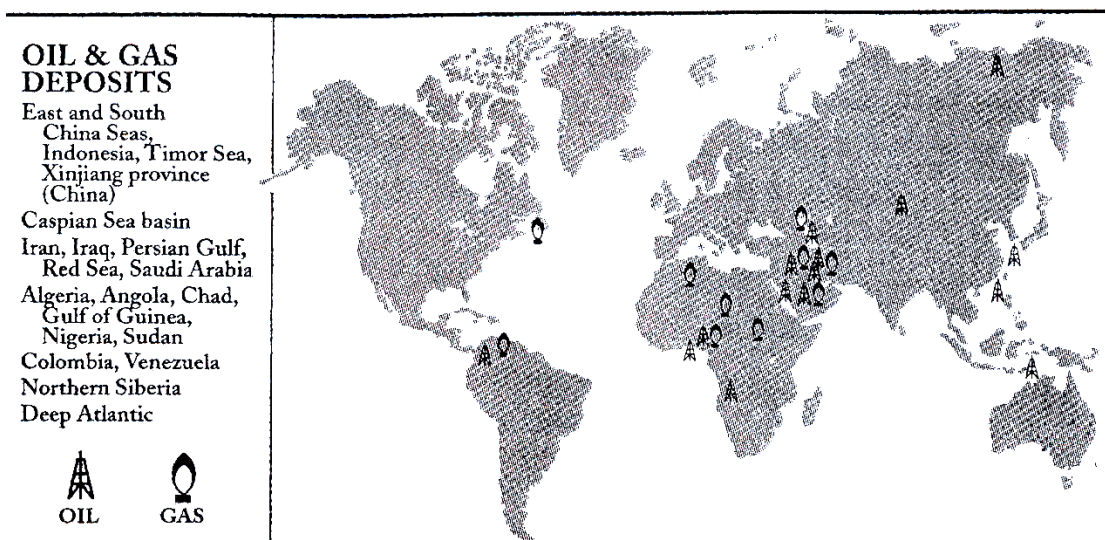
Perante este cenário, os EUA só estarão dispostos a retirar parte das suas forças presentes em território não americano quando garantirem condições imprescindíveis na estabilidade regional que passa por: “terem assegurado o estatuto do Iraque como um aliado estável, quando puderem conter efectivamente a estratégia nuclear do Irão e quando estiver neutralizado o risco da emergência de uma grande potência regional hostil.” (Carlos Gaspar, 2006)

Como já vimos anteriormente, as reservas de petróleo estão distribuídas de um modo desigual pelo planeta, o que causa, naturalmente, uma corrida a este recurso, assim, é legítimo dizermos que os conflitos possam ocorrer em zonas onde as grandes potências procuram adquirir recursos, nomeadamente o petróleo. Diante deste cenário, pode consubstanciar-se como fonte de conflitualidade actualmente, uma vez que, e a título de exemplo, podemos referir algumas decisões tomadas na política externa dos EUA. Em 1980, com a reconquista sobre as cotações de petróleo, passaram a financiar o Iraque na guerra contra o seu vizinho Irão e, aproximaram-se à Arábia Saudita para adquirirem o petróleo deste país de forma a suprir eventuais faltas.

Com toda a certeza que o petróleo não é o único factor de conflitualidade, contudo, sempre esteve presente nos interesses dos países que entram em conflitos. Primeiro no Médio Oriente e futuramente, o mesmo se pode passar em África se estivermos a referir-nos aos maiores produtores, países como a Nigéria, Líbia, Argélia, etc. Posto isto, parece que no futuro iremos assistir a novos focos de conflitualidade relacionados com o petróleo. Na figura 5 podemos observar possíveis conflitos que tenham a ver com a disputa de petróleo. Este mapa leva-nos a pensar que futuramente possam existir conflitos que tenham como pano de fundo interesses petrolíferos em regiões tais como, América Central, África, Ásia e sobretudo no Médio Oriente continuarão a existir. Contudo, temos de ter em conta que não podemos referir-nos à disputa do petróleo como a principal causa dos conflitos nestas zonas, pois não podemos descurar as possíveis crises do âmbito interno, de cariz mais ou menos alargado a todo o território, aquelas que estão directamente relacionadas com África, de referir casos como o da Nigéria, Sudão, Guiné, etc. Nestes casos, as razões dos conflitos podem ser de diversas ordens e não só exclusivo das disputas pelo petróleo. A título de exemplo podemos referir causas como a pobreza generalizada existente nestes países, a fome, a corrupção da classe política, as desigualdades sociais, tudo isto levará a um crescente descontentamento e possivelmente a conflitos emergentes.



Possible Flash Points for Resource Conflict



Fonte: Klare, Michael (2001), "The New Geography of Conflict" in Foreign Affairs, New York, Council on Foreign Relations", vol. 80 nº 3, May/June, pp 55

Figura 5: Possíveis futuros pontos de conflito relacionados com o Petróleo



4. CONCLUSÃO

Durante este trabalho, procurou-se seguir um percurso lógico onde se pretendeu ir ao encontro das questões derivadas sem perder de vista as hipóteses equacionadas e de forma a dar uma resposta clara à pergunta central levantada. Com isto, foi intenção dar resposta a cada questão para validar ou negar cada hipótese. Por conseguinte numa primeira fase foram procurados conceitos chave que se relacionam com a temática deste trabalho procurando sempre definições de autores com comprovada competência. Numa etapa posterior foi feita uma revisão histórica, sendo que se destaca desta, o aparecimento e modo como este recurso natural se impôs ao longo do tempo e também, os momentos centrais (choques petrolíferos) que foram ocorrendo à medida que este recurso ia ganhando cada vez mais influência na sociedade. No seguimento deste trabalho pretendeu-se ir de encontro à questão central levantada. Com efeito, nesta parte fundamental desenvolveu-se os seguintes aspectos, quem o possui, quem o controla, como se relacionam os países produtores com os países consumidores, qual o papel das grandes potências em relação a este recurso indo de encontro à resposta à questão central.

Deste modo, no estudo elaborado constata-se que ao longo dos anos as relações entre produtores e consumidores podem ser de clima tenso entre ambos, ou de clara cooperação. Nos anos de 1970 o Irão era um claro aliado dos EUA, porém, com a revolução islâmica esta relação deteriorou-se. Recordando a guerra entre o Iraque e o Irão, vimos que quem apoiou esta investida do Iraque foram os EUA. Contudo, anos mais tarde, com a invasão do Iraque ao Kuwait, os EUA viram-se obrigados a intervir contra o Iraque o que causou mais um clima de tensão com mais um país produtor. Até então os EUA tinham com a Arábia Saudita uma boa relação mas, com os ataques terroristas de 11 de Setembro, esta relação alterou-se, uma vez que, possivelmente este país estava relacionado com a presença de terroristas no seu território. Todos estes exemplos comprovam as relações tensas e de cooperação existentes entre o maior consumidor de petróleo (EUA) com vários países produtores. Também é possível assistirmos a relações de clara cooperação, a título de exemplo, se nos referirmos a países africanos como a Nigéria ou Angola que exportam petróleo para a China e, em contrapartida, esta última ajuda estes países africanos nas suas necessidades, por exemplo, na construção e recuperação das linhas ferroviárias.

Depois de todo o estudo efectuado, parece ser indiscutível que na actualidade o petróleo se estabelece como factor de poder. Tal constatação parece ter sido fortalecido nas últimas décadas, uma vez que, vivermos numa sociedade que inegavelmente vive numa profunda dependência deste recurso natural que é o petróleo, e que é finito. O gradual avanço



tecnológico associado a um verdadeiro ímpeto de consumismo a que fomos assistindo, com particular destaque nos últimos tempos, veio reforçar a utilização do petróleo de uma forma excessiva. “A procura mundial está sempre a aumentar. Há cada vez mais consumidores no planeta. A China, que antes se movia à força dos pedais das bicicletas, está agora a passar para automóveis. A Índia também. (...) e a produção do petróleo a baixar (...) os preços dos combustíveis vão disparar (...) o petróleo não irá chegar para todos. Acaba-se o petróleo barato e a economia mundial ficará à beira do precipício. (José Rodrigues dos Santos, 2008: 115)

Tudo isto traduz necessariamente um acréscimo de níveis de desenvolvimento para um número significativo de pessoas (a título de exemplo basta referir o desenvolvimento ocorrido em países como a China e a Índia). Ora se o desenvolvimento pode também querer significar dependência do uso do petróleo, logo o petróleo tende a afirmar-se como factor de poder. E quanto mais escasso este recurso se tornar, podemos considerar que maior probabilidade tem para se reforçar como factor de poder, até que seja possível termos um mundo menos dependente do petróleo.

Se no início do séc. XX o potencial de guerra era a capacidade para mobilizar recursos depois de declarado o estado de guerra, após a segunda Guerra Mundial percebeu-se que o poder nacional se consolidava tanto no tempo de paz como em tempo de guerra. É deste modo que se compreende toda a pertinência para o caso do petróleo, isto é, trata-se de um recurso energético que independentemente da situação em que se encontra continua a ser factor de poder na ordem internacional.

Após a sua descoberta, o petróleo tornou-se um dos mais importantes elementos da economia mundial. Para além da sua utilização enquanto combustível, muitos dos seus derivados o colocam na base da economia de muitos países, quer por motivos de cobiça, quer como sinal de riqueza para os países que detêm as jazidas.

Neste ponto do trabalho, estamos agora preparados para sistematizar a resposta à questão central que foi elencada para a realização deste trabalho.

“Em que medida o petróleo se consubstancia como fonte de conflitualidade na actualidade?”

Dadas as acentuadas assimetrias internacionais que actualmente se têm vindo a reforçar, podemos considerar que a desigual distribuição dos recursos à escala planetária provoca necessariamente uma corrida a esses mesmos recursos. Logo a previsão dos conflitos ocorre em zonas onde as grandes potências precisam de encontrar tais recursos como: petróleo, diamantes, urânio, etc. A situação que se vive no Médio Oriente é o exemplo clássico deste pressuposto.



É o que se pode designar de “geografia de recursos” ou para outros autores geopolítica de recursos como o modelo analítico que permite compreender a eclosão ou persistência de conflitos entre Estados ou entidades regionais.

Sendo assim, perante o exposto, podemos considerar que o petróleo se pode consubstanciar como fonte da actual conflitualidade, aliás como já aconteceu num passado, mais ou menos próximo.

A título de exemplo, podemos relembrar alguns dos interesses que moveram os EUA à tomada de algumas das suas decisões ao nível da política externa americana. No princípio dos anos 1980, a reconquista americana sobre as cotações e os fluxos de petróleo passou pelo financiamento e pelo armamento a Saddam Hussein para entrar em guerra com o Irão, e pela cumplicidade comprada ao rei Fahd da Arábia Saudita para aumentar as exportações de petróleo para o ocidente. Isto permitiu o contra-choque petrolífero de 1986, a retomada da crença ocidental na abundância petrolífera ilimitada, a continuação da afeição energética até às guerras do Iraque (1991, 2003) sejam quais forem os mortos (200 mil? 500 mil?), sejam quais forem os custos (150 mil milhões de dólares? 400 mil milhões de dólares?), sejam quais forem os meios (orçamento anual do Departamento da Defesa: 400 mil milhões de dólares).

O actual projecto americano do Grande Médio Oriente, muito embora sejam apontadas considerações humanitárias e democráticas, parece ser também uma tentativa de controlar todas as torneiras petrolíferas da região.

“O risco de um conflito com origens no factor petrolífero é, na verdade, muito real, tanto mais que a forte dependência dos países industriais, grandes consumidores de petróleo – do qual fizeram a sua principal fonte de energia – os torna vulneráveis.” (Pascal Boniface, 2002: 86)

É certo que o petróleo não é o único factor de instabilidade política (exemplos recentes do Zimbabué e do Quénia bem o demonstram), nestes casos as razões que podem levar ao conflito, não poderão numa primeira análise ser apontadas à produção e comercialização de petróleo, mas também a problemas de diversa ordem, como é o caso da pobreza generalizada, a corrupção da classe política e as desigualdades sociais. Historicamente a relação entre o petróleo e democracia tem sido de incompatibilidade. É assim no Médio Oriente e foi assim na América Latina até à última década. Em África, se nos reportarmos aos maiores produtores (Líbia, Nigéria, Argélia, Angola e Sudão) facilmente percebemos que estes exemplos se repetem.

Não há dúvida que temos uma ligação directa entre guerra e petróleo, não podemos é dizer que o porquê da guerra é o petróleo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- BAIRD, Colin (2002) *Química Ambiental*, Bookman, Porto Alegre
- BONIFACE, Pascal (2002) *Guerras do Amanhã*, Editorial Inquérito, Mem Martins
- BONIFACE, Pascal (2008) *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Editora, Lisboa
- CONANT, Melvin A. e GOLD, Fern Racine (1981) *A Geopolítica Energética*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro
- CHANG, Raymond (2006) *Química Geral: Conceitos essenciais*, Mc Graw-Hill, São Paulo
- COUTO, Cabral (1988) *Elementos de Estratégia – Apointamentos para um Curso – Volume I*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa
- JOSEPH S. NYE, Jr. (2002) *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, Gradiva, Lisboa
- KLARE, Michael (2001), *The New Geography of Conflict” in Foreign Affairs*, New York, Council on Foreign Relations, vol. 80 nº 3, May/June
- LAURENT, Éric (2006) *A Face Oculta do Petróleo*, Temas e Debates, Lisboa
- LOPEZ, Philippe Sébille (2006) *Geopolíticas do Petróleo*, Instituto Piaget, Lisboa
- MARTINS, Manuel Gonçalves (2003) *Relações e Desafios Internacionais na Era da Globalização*, PF, Lisboa
- PIACENTINI, Pablo (1984) *O Mundo do Petróleo*, Tricontinental Editora, Lisboa
- RIBEIRO, Henrique M. Lages (2008) *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico*, Gradiva, Lisboa
- RODRIGUES, J. Caleia (2000) *A Geopolítica do Petróleo*, Atelier de Livros, Lisboa
- SANTOS, José Rodrigues dos (2008) *O Sétimo Selo*, Gradiva, Lisboa
- SOUSA, Fernando de (2005) *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento
- TOMÉ, Luís (2004) *Novo Recorte Geopolítico Mundial*, EDIUAL, Lisboa



Enciclopédias

- Moderna Enciclopédia Universal (1986), Volume 10, Circulo de Leitores
- Países, Povos e Continentes (1989), Circulo de Leitores

Endereços Electrónicos

- Banco Mundial. Acedido em 1 de Agosto de 2008, em:
<http://www.bancomundial.org/>
- CAETANO, José Roberto (2006) 800 milhões de novos consumidores. Acedido em 10 de Agosto de 2008, em:
<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0873/negocios/m0084353.html>
- Fundação Brasileira para o desenvolvimento sustentável - *Energias Alternativas: Eficiência energética*. Acedido em 1 de Agosto, em:
http://www.fbds.org.br/article.php3?id_article=64
- GASPAR, Carlos (2006) *Os Estados Unidos e o Golfo Pérsico*. Acedido em 10 de Agosto de 2008, em:
<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=143>
- PACHECO, Miguel (2007) *O milagre indiano*. Acedido em 10 de Agosto de 2008, em:
http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/destaque/pt/desarrollo/727056.html
- SALVADOR, Regina; MARQUES, Bruno Pereira *Geopolítica do Petróleo: de Estrabão à(s) Guerra(s) do Iraque*. Acedido em 10 de Agosto de 2008, em:
<http://rsalvador.planetaclix.pt/geopoliticadopetroleo.pdf>
- United Nations Development Programme. Acedido em 1 de Agosto de 2008, em:
<http://www.undp.org/>
- WATTS, Michael (2001) *Império do Petróleo: o saqueio capitalista e a luta pela África*. Acedido em 2 de Agosto de 2008, em:
http://resistir.info/energia/empire_of_oil_set06_p.html
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%A2ncia_de_San_Remo
- <http://www.quercusambiente.org/pages/defaultArticleViewOne.asp>
- <http://www.geocities.com/CapeCanaveral>
- <http://www.geota.pt/passapalavra/4/4n.html>
- <http://www.geota.pt/index.htm>



ANEXOS



Anexo A

Mapa Golfo Pérsico



Fonte: http://www.espada.eti.br/Images/Hormuz_Strait.jpg



Anexo B

Cenário Mundial das Fontes de Energia

| Área Analisada | Energia | Petróleo | Carvão | Nuclear | Hidrogénio | Gás |
|------------------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|-------------------|------------|
| América do Norte | 2158 | 40 | 23 | 7 | 4 | 26 |
| Europa Ocidental | 1384 | 46 | 22 | 12 | 2 | 18 |
| CEI e Europa Oriental | 1607 | 30 | 25 | 4 | 2 | 39 |
| Ásia | 1619 | 38 | 49 | 5 | 2 | 6 |
| Oceânia | 101 | 36 | 41 | - | 3 | 20 |
| África e Médio Oriente | 422 | 49 | 33 | 1 | 2 | 15 |
| América Latina | 517 | 38 | 26 | 2 | 10 | 24 |
| Total Global | 7808 | 40 | 28 | 7 | 3 | 22 |

British Petroleum Statistical Review of World Energy - 1995.

Observação: Unidade de referência = Milhões de toneladas métricas de equivalente petróleo e participação percentual por fonte de energético (%).



Cenário Internacional das Fontes de Energia

| País | Energia/PIB | Petróleo | Gás | Carvão | Eléctrica | Outras |
|----------------|-------------|----------|-----|--------|-----------|--------|
| Estados Unidos | 18 | 50 | 25 | 4 | 16 | 5 |
| Canadá | 22 | 44 | 25 | 3 | 22 | 5 |
| Austrália | 19 | 49 | 18 | 7 | 19 | 7 |
| França | 15 | 55 | 17 | 7 | 18 | 3 |
| Alemanha | 19 | 45 | 17 | 19 | 16 | 3 |
| Itália | 13 | 52 | 28 | 4 | 15 | 1 |
| Inglaterra | 17 | 45 | 28 | 12 | 15 | - |
| Japão | 11 | 60 | 5 | 13 | 22 | - |
| Espanha | 18 | 67 | 7 | 7 | 18 | 1 |
| Formosa | 14 | 57 | 4 | 18 | 21 | - |
| Coreia do Sul | 26 | 60 | 1 | 26 | 11 | 1 |
| México | 37 | 63 | 16 | 2 | 9 | 11 |
| Chile | 22 | 56 | 2 | 6 | 12 | 24 |
| Brasil | 23 | 47 | 2 | 5 | 16 | 30 |

World Energy Council - Report 1992 - International Energy Data.

Observações:

- a) Unidade de referência: Energia/PIB (MJ/US\$) e participação percentual por fonte (%);
- b) Energia eléctrica envolve as formas de geração com hidroelectricidade, termoelectricidade e nuclear; e
- c) Outras fontes envolvem formas de geração alternativas, no caso, biomassa, lixívias, etc.

Fonte: http://200.130.9.7/Clima/comunic_old/carvao2.htm



Anexo C

Cenário Mundial do Mercado de Carvão Mineral

| País | Produção | Exportação | Consumo |
|----------------|-----------------|-------------------|----------------|
| China | 1.210.000.000 | 24.300.000 | 572.000.000 |
| Estados Unidos | 935.000.000 | 64.300.000 | 492.500.000 |
| Rússia | 271.000.000 | 19.600.000 | 126.500.000 |
| Índia | 267.000.000 | - | 121.800.000 |
| Alemanha | 259.100.000 | 1.600.000 | 96.300.000 |
| Austrália | 230.200.000 | 131.200.000 | 37.900.000 |
| Polônia | 200.800.000 | 25.000.000 | 71.600.000 |
| África do Sul | 195.300.000 | 51.200.000 | 80.500.000 |
| Canadá | 70.300.000 | 31.600.000 | 24.900.000 |
| Indonésia | 30.500.000 | 24.000.000 | 4.000.000 |
| Colômbia | 23.500.000 | 17.700.000 | - |
| Brasil | 4.400.000 | - | 10.100.000 |

Mining Annual Review e British Petroleum Statistical Review of World Energy - 1995.

Observação: Unidade de referência = toneladas (ton) de carvão mineral nos casos de produção e exportação e toneladas métricas de equivalente petróleo (tEP) no caso de consumo.

Perspectivas para o Cenário Mundial

| Ano | Produção |
|------------|-----------------|
| 1994 | 4.450.000.000 |
| 2010 | 6.000.000.000 |
| Variação | +/- 35 % |

E&MJ - Engineering and Mining Journal - 1995 e Mining Magazine - 1995.

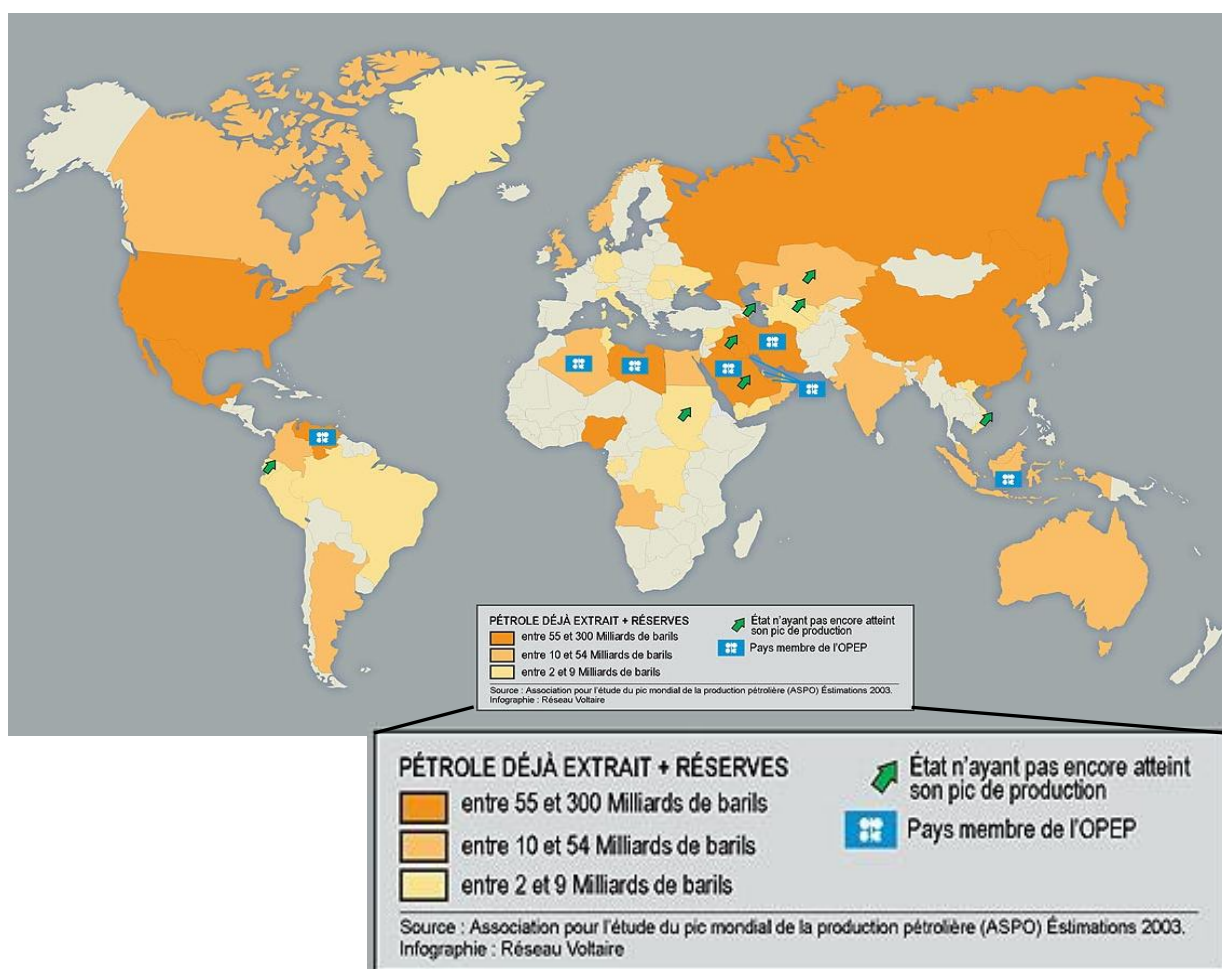
Observação: Unidade de referência = toneladas (ton) de carvão mineral e variação percentual do crescimento da produção (%).

Fonte: http://200.130.9.7/Clima/comunic_old/carvao2.htm



Anexo D

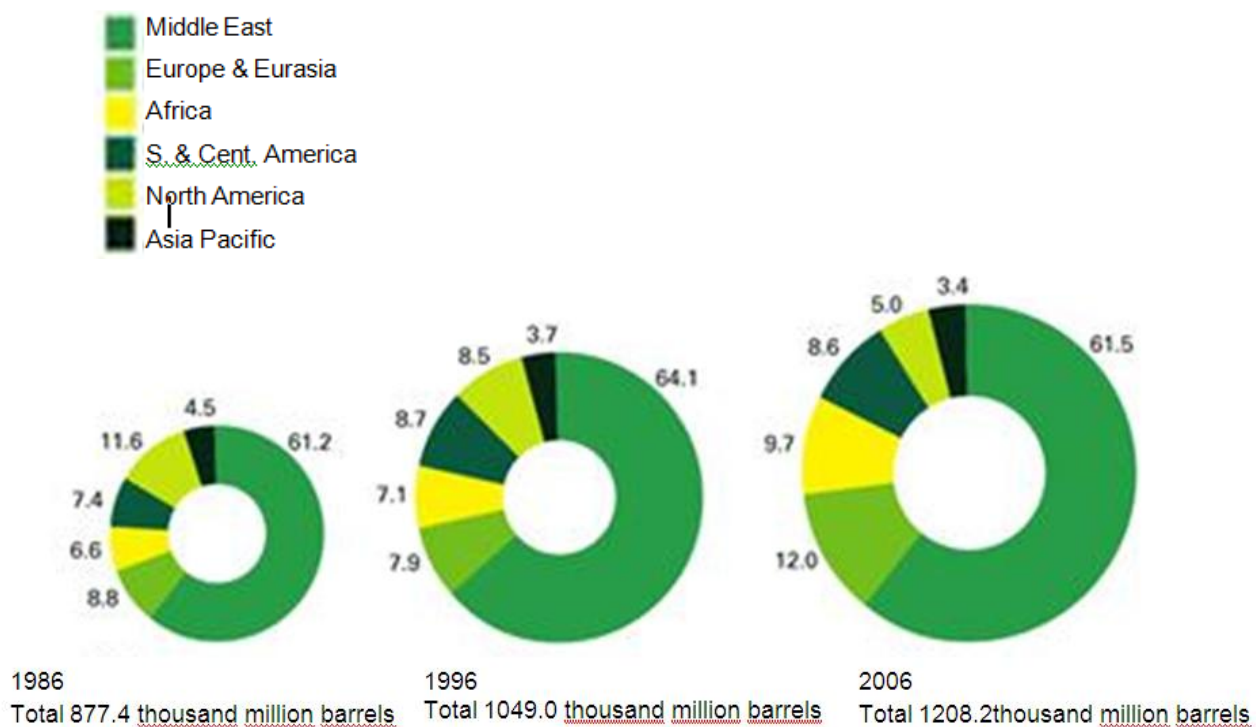
Reservas de Petróleo



Fonte: <http://www.voltairenet.org/IMG/jpg/es-carte-petrole-grande.jpg>



Distribuição de reservas provadas em 1986, 1996 e 2006 (em percentagem)



Fonte: http://www.vermelho.org.br/pcdob/partido_vivo/seminarioimg_nov07/



Anexo E

As vinte maiores reservas de petróleo do mundo

| | |
|---|-------|
|  Arábia Saudita ¹ | 264,3 |
|  Irã ¹ | 137,5 |
|  Iraque ¹ | 115,0 |
|  Kuwait ¹ | 101,5 |
|  Emiratos Árabes Unidos ¹ | 97,8 |
|  Venezuela ¹ | 80,0 |
|  Rússia | 79,5 |
|  Líbia ¹ | 41,5 |
|  Cazaquistão | 39,8 |
|  Nigéria ¹ | 36,2 |
|  EUA | 29,9 |
|  Canadá | 17,1 |



| | |
|--|------|
|  China | 16,3 |
|  Qatar ¹ | 15,2 |
|  México | 12,9 |
|  Argélia ¹ | 12,3 |
|  Brasil | 12,2 |
|  Angola ¹ | 9,0 |
|  Noruega | 8,5 |
|  Azerbaijão | 7,0 |

¹ Países Membros da OPEP

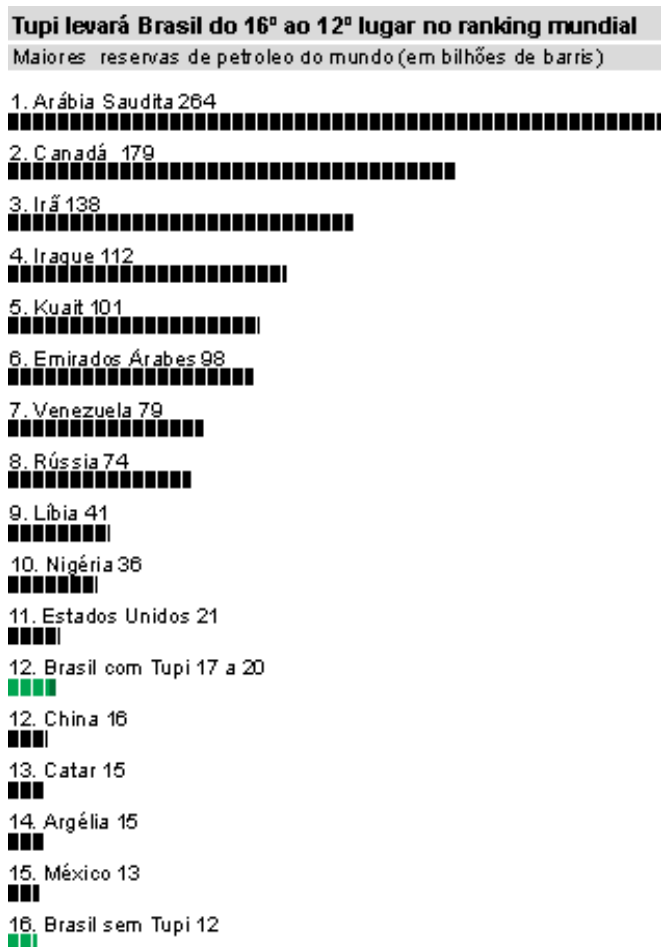
Observações: Valores de Reservas em 2007, em bilhões de barris.

Fonte: http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/topworldtables1_2.html



Anexo F

Reserva de Tupi



Fonte: http://www.vermelho.org.br/admin/img_upload/1108tupi1.gif



Localização das Reservas de Tupi





Fonte: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/foto/0,,13240876,00.jpg






Anexo G

Principais países produtores de Petróleo

| | |
|---|------|
|  Arábia Saudita (OPEP) | 10,7 |
|  Rússia | 9,6 |
|  Estados Unidos | 8,3 |
|  Irão (OPEP) | 4,1 |
|  República Popular da China | 3,8 |
|  México | 3,7 |
|  Canadá | 3,2 |
|  Emirados Árabes Unidos (OPEP) | 2,9 |
|  Venezuela (OPEP) | 2,8 |
|  Noruega | 2,7 |
|  Kuwait (OPEP) | 2,6 |



| | |
|--|-----|
|  Nigéria (OPEP) | 2,4 |
|  Brasil | 2,1 |
|  Argélia (OPEP) | 2,1 |
|  Iraque (OPEP) | 2,0 |

Observações: Valores de produção em 2006, em milhões de barris por dia.

Fonte: Departamento de Estatística dos E.U.A.

(http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/topworldtables1_2.html)



Anexo H

Maiores Exportadores de Petróleo

| | |
|---|-----|
|  Arábia Saudita (OPEP) | 8,6 |
|  Rússia | 6,5 |
|  Noruega ¹ | 2,5 |
|  Irão (OPEP) | 2,5 |
|  Emirados Árabes Unidos (OPEP) | 2,5 |
|  Venezuela (OPEP) | 2,2 |
|  Kuwait (OPEP) | 2,1 |
|  Nigéria (OPEP) | 2,1 |
|  Argélia (OPEP) | 1,8 |
|  México ¹ | 1,6 |
|  Líbia ¹ (OPEP) | 1,5 |
|  Iraque (OPEP) | 1,4 |
|  Argélia (OPEP) | 1,3 |



| | |
|---|-----|
|  Cazaquistão | 1,1 |
|  Canadá | 1,0 |

¹ Países que já ultrapassaram o pico de produção

Observações: Ordenados por milhões de barris exportados por dia em 2006.
















Fonte: Departamento de Estatística dos E.U.A..

(http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/topworldtables1_2.html)



Anexo I

Maiores Importadores de Petróleo

| | |
|--|-------|
|  Estados Unidos | 12,2 |
|  Japão | 5,0 |
|  República Popular da China | 3,4 |
|  Alemanha | 2,4 |
|  Coreia do Sul | 2,1 |
|  França | 1,8 |
|  Índia | 1,6 |
|  Itália | 1,5 |
|  Espanha | 1,5 |
|  República da China | 0,942 |
|  Países Baixos | 0,936 |
|  Singapura | 0,787 |
|  Tailândia | 0,606 |
|  Turquia | 0,576 |
|  Bélgica | 0,546 |

Observações: Valores de Importação em 2006, em milhões de barris por dia.


Fonte: Departamento de Estatística dos E.U.A..

(http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/topworldtables1_2.html)



Anexo J

Maiores Consumidores de Petróleo

| | |
|--|------|
|  Estados Unidos | 20,5 |
|  República Popular da China | 7,2 |
|  Japão | 5,2 |
|  Rússia | 3,1 |
|  Alemanha | 2,6 |
|  Índia | 2,5 |
|  Canadá | 2,2 |
|  Brasil | 2,1 |
|  Coreia do Sul | 2,1 |
|  Arábia Saudita (OPEP) | 2,0 |
|  México | 2,0 |
|  França | 1,9 |
|  Reino Unido | 1,8 |
|  Itália | 1,7 |
|  Irão (OPEP) | 1,6 |

Observações: Valores de consumo em 2006, em milhões de barris por dia.

Fonte: Departamento de Estatística dos E.U.A..

(http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/topworldtables1_2.html)



Anexo K

Guerra do Yom Kippur

“A quinta guerra foi a Guerra do Yom Kippur, de Outubro de 1973. Após a morte de Nasser, sucedeu-lhe Anwar Sadate, que percebeu que o Egito não conseguiria destruir Israel. Decidiu que era necessária alguma vitória psicológica antes de poder fazer quaisquer movimentações conciliatórias em direcção à paz. Sadate decidiu atacar através do Canal do Suez, mas não procurou reconquistar toda a Península do Sinai. Sadate conspirou com os Sírios e conseguiu uma surpresa real. Nas primeiras fases, a guerra correu bem para os Egípcios, mas os Israelitas contra-atacaram vigorosamente. Mais uma vez, as superpotências intervieram e exigiram um cessar-fogo. O Secretário de Estado Henry Kissinger voou até Moscovo, mas enquanto se encontrava lá os israelitas cercaram os exércitos egípcios. Os Soviéticos sentiram que tinham sido enganados. Mobilizaram as suas forças na região Sul da União Soviética e enviaram uma carta aos Estados Unidos, sugerindo que as superpotências introduzissem as suas próprias forças directamente. Os Estados Unidos responderam elevando o nível de alerta nuclear nos Estados Unidos e os Soviéticos abandonaram as suas pretensões. Os Israelitas também recuaram perante a pressão americana e abriram o cerco ao exército egípcio.

A guerra foi seguida de uma série de manobras diplomáticas, durante as quais os Estados Unidos negociaram uma retirada parcial por parte de Israel. Foram colocados observadores da ONU no Sinai e nos Montes Golan. A consequência mais dramática da guerra foi, contudo, retardada. Em 1977, Sadate foi a Israel e anunciou que o Egito estava preparado para negociar uma paz separada. Em 1978 e 1979, sob a mediação do Presidente Jimmy Carter, Israel e Egito negociaram os Acordos de Camp David, que devolveram o Sinai ao Egito e estabeleceram conversações acerca da autonomia local na Margem Ocidental. Os Acordos de Camp David significavam que o maior estado árabe tinha abandonado a coligação que enfrentava Israel e que o nacionalismo egípcio tinha prevalecido sobre o pan-arabismo. Sadate quebrou a coligação pan-arábica mas, poucos anos mais tarde, foi assassinado por fundamentalistas religiosos, que se opunham à sua política.”

(Joseph S. Nye, 2002: 211-212)



Anexo L

A Revolução Islâmica

“A Revolução Islâmica, que no início de 1979 conduziu ao derrube da monarquia e à instauração da República Islâmica do Irão, derivou de diversas causas. A principal foi a política de modernização empreendida de modo precipitado pelo Xá, que teve a pretensão de criar um Estado industrial moderno no Irão, impulsionando a efectivação de amplos projectos de uma forma excessivamente rápida, sem avaliar em toda a sua dimensão os transtornos e conflito sociais e culturais engendrados por tal política.

A princípio, o Xá granjeara as simpatias da numerosa população camponesa, mediante a aplicação da reforma agrária; todavia, a fase de «reintegração», que pressupôs a fundação de grandes empresas agrícolas mecanizadas, espalhou a desconfiança no colectivismo. Por outro lado, desencadeou-se um intenso êxodo rural, que arrastou centenas de milhares de camponeses prejudicados pela reforma agrária para os núcleos urbanos, com o conseqüente desenraizamento. Um tal fenómeno afectou assalariados agrícolas e arrendatários esbulhados, nómadas marginalizados e pequenos camponeses, cujas diminutas propriedades eram insuficientes após as partilhas por herança que se seguiam imediatamente às adjudicações de terras. A urbanização aumentou se demora, favorecida pela industrialização e pelas modernas infra-estruturas das grandes cidades. Em 1956, 31% da população iraniana já vivia em agregados urbanos, e em 1979 esta cifra atingiu os 47% e em 1984 chegava aos 51%. Na capital, o acréscimo de população, que passou de 1,5 para 4,5 milhões, superou os 200% durante estes dois decénios. Em contraste com as camadas baixas da população urbana, em rápido crescimento, podemos distinguir um corpo social, relativamente pequeno, que beneficiou directamente com a política de modernização: os membros da dinastia Palavi, antigos latifundiários, empresários, gestores, altos funcionários e oficiais pró-ocidentais, etc. As tensões sociais redobram num ápice ao longo dos anos setenta, em resultado da crítica situação económica. A tudo isto veio juntar-se a crescente oposição política, cada vez mais radicalizada, e brutalmente reprimida, em que prevaleceram os grupos integristas islâmicos, dirigidos pelo clero xiita (os mulás) e especialmente pelos *ayatollahs*, que haviam sido perseguidos com especial sanha pelo Xá. Sob a chefia do



velho *ayatollah* Khomeyni que, depois de um longo exílio de catorze anos, regressou a Teerão e 1 de Fevereiro de 1979, estes grupos tomaram o poder.

A primeira consequência da revolução foi a total desestabilização do Irão; pôde ver-se então que o Irão é um Estado plurinacional. Algumas minorias étnicas, a maiorias delas sunitas, aproveitaram o vazio de Poder em Teerão para se erguerem contra a nova autoridade xiita. As sublevações dos curdos (que representam 9% da população total) e dos naturais do Azerbaijão, de etnia turca (17%), foram as mais sangrentas, mas também se atçaram tumultos no seio de Turcomanos, Baloches e árabes do Cuzistão (cada um destes grupos representa entre 1% e 2% da população total). Entretanto, os militares e as milícias dos «guardas da revolução» tinham conseguido dominar a situação interna. A política de islamização alterou completamente – pelo menos na aparência – a vida social. Os cargos dirigentes foram preenchidos pelo clero xiita e as mulheres foram obrigadas a tapar a cara com um véu (*chador*), reimplantando-se o direito religioso (*Charí'a*), repelindo-se a influência ocidental; por outro lado, iniciava-se a perseguição contra a religião baadista, considerada herética. O desenvolvimento económico ficou inteiramente paralisado, facto para o qual também concorreu a guerra com o Iraque (a Guerra do Golfo), aumentando de modo paralelo o desemprego.

A situação do Irão no palco político mundial mudou completamente desde 1978. De país aliado do ocidente, com um respeitável potencial bélico, que aspirava à supremacia no Médio Oriente, converteu-se num país neutral cujo antiamericanismo militante evoluiu para uma política de distanciamento perante as duas grandes potências mundiais, mas manteve o desígnio de hegemonia no Médio Oriente, baseando-se numa ideologia religiosa. O Irão tornou-se num vizinho imprevisivelmente caprichoso – temido pelos países do Golfo Pérsico – que tenta exportar por todos os meios a sua doutrina integrista islâmica, o que pode subentender um eventual risco de futuros conflitos.”

(Países, Povos e Continentes, 1989: 63,64)



Anexo M

Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC)

O **Brasil** “quinto país do mundo, pela sua superfície (8,5 milhões de km²) e pela sua população (178,5 milhões de habitantes em 2003), nono PIB mundial a par com o poder de compra em 2003, com 1390 mil milhões de dólares, o Brasil é incontestavelmente um país cuja importância vai crescer na cena internacional no século XXI. Foi, em 2004, o décimo maior consumidor de energia no mundo, mas tinha, em 2001, uma taxa de cobertura para as suas próprias necessidades energéticas, de 78,9 por cento, portanto uma dependência relativa neste domínio. É certo que possuía, em Janeiro de 2004, com 10,6 mil milhões de barris, as segundas reservas prováveis de petróleo da América Latina, longe atrás da Venezuela, mas apenas em 17º lugar entre as reservas mundiais. Contudo, no início de Junho de 2005, a companhia petrolífera nacional Petrobras informava ter ultrapassado o seu recorde de produção em Maio, com 1,73 Mb/d¹⁶ em média. Este volume representava, segundo a companhia, uma progressão de 21,1 por cento ao ano. A Petrobras sublinhou que este crescimento deveria permitir ao país atingir o seu objectivo de auto-suficiência petrolífera no final de 2005 ou início de 2006. Se mais de 80 por cento da produção petrolífera brasileira é proveniente de jazigos offshore situados no Sul do país, o país possui também recursos petrolíferos on-shore, nomeadamente na Amazónia. Mas, no estado actual das reservas prováveis e da sua produção petrolífera, o Brasil apenas dispõe de um rácio reserva/produção de cerca de 19 anos.”

(Philippe Sébille-Lopez, 2006: 112,113)

“A **Rússia** é o segundo produtor mundial de energia a seguir aos Estados Unidos. Mas, ao contrário destes, é um país exportador de energia; a sua produção ultrapassa largamente o seu consumo. A Rússia tem as segundas reservas mundiais de carvão a seguir aos Estados Unidos e, no plano dos hidrocarbonetos, possui as primeiras

¹⁶ Mb/d- milhões de barris por dia



reservas mundiais de gás e as sétimas reservas confirmadas de petróleo. As estimativas das reservas de petróleo são extremamente variáveis em função das definições. Para o Departamento americano da Energia, as reservas confirmadas da Rússia chegaram a 60 mil milhões de barris, ou seja, 5,7 por cento das reservas mundiais. Apesar destas imprecisões, a Rússia é um protagonista mundial de grande importância. É chamada a desempenhar um papel de árbitro, essencial para dar resposta ao aumento futuro da procura de hidrocarbonetos. Esta arbitragem estará também em função das suas próprias necessidades económicas e portanto das capacidades do presidente Putin, bem como dos seus sucessores, para gerir o crescimento das reivindicações sociais, paralelamente com o desenvolvimento de uma forma muito enquadrada de economia de mercado.”

(Philippe Sébille-Lopez, 2006: 211,212)

A **Índia**, “na década de 90, e apesar da alfabetização do país, a queda abrupta da rupia lançava o país numa crise económica e, ainda hoje, as causas do «ano negro» de 1991 dividem a análise económica. «Os dados disponíveis sustentam a ideia de que o elevado défice da balança corrente foi a parte maior na engrenagem», segundo um relatório recente do Fundo Monetário Internacional. Junte-se «uma confluência de choques externos e a quebra no investimento» e percebe-se a dimensão da crise monetária.

Com um défice orçamental de 8,5% do PIB, apenas 768 milhões de euros em reservas externas e uma inflação galopante, faltava um milagre. E um milagreiro: Manmohan Singh, o actual primeiro-ministro. «Nenhum poder na terra pode parar uma ideia cujo o tempo chegou», anunciava, antes de acelerar o ritmo de reformas. Em 1991, então ministro das Finanças, ocupava a pasta para fazer a segunda parte do milagre indiano. O novo ‘mix’ de cautela política com racionalidade económica impunha a modernização das empresas estatais sem abrir margem às privatizações. E forçava a desregulação progressiva dos mercados.

Nos anos que se seguiram, estas e outras reformas abriram um ciclo histórico de crescimento: 5% na década de 90, mais de 8% em 2006. Um sucesso difícil de explicar pelos padrões internacionais.

Mas o milagre indiano não apagou todas as marcas. As desigualdades na distribuição do rendimento e a entrada de ‘players’ internacionais no tecido empresarial colocam novos desafios. O atraso na privatização do sector bancário, a falta de atractivo do mercado financeiro e a rigidez laboral são outros calcanhares de Aquiles. Hoje, o país que viu



nascer um terço dos engenheiros de software existentes no mundo, é também pátria de um terço da população subnutrida do planeta.

«A dificuldade em distribuir a riqueza para criar uma base mais alargada de consumo é o principal obstáculo ao desenvolvimento económico», acrescenta Anil Rawat, director do Institute of Business and Management de Bangalore. «E, sem um forte investimento público nos próximos anos para sustentar níveis de crescimento de 8%», a Índia corre o risco de voltar para trás.”

(Miguel Pacheco, 2007)

A **China**, “para dar resposta ao crescimento acentuado da sua procura interna, precisa de acesso alargado às fontes de energia. Em 2000, as necessidades energéticas chinesas representavam 10 por cento da procura mundial. Em 2010 representarão 20 por cento, porque o desenvolvimento da China assenta em actividades de alto consumo de energia, quer se trate do desenvolvimento da indústria quer de infra-estruturas. Assim, em cinco anos, a China construiu cerca de 200.000 km de estradas e 20.000 km de auto-estradas, mas também novos portos e uma dezena de aeroportos importantes. Estas infra-estruturas de transporte têm por objectivo sustentar o crescimento económico que, por sua vez, reforça o consumo interno. Estes fluxos, de pessoas e de mercadorias, vão inevitavelmente contribuir para aumentar as necessidades de petróleo e de produtos. A urbanização vai igualmente provocar um aumento do consumo energético. É preciso entender que, dentro de 20 anos, mais de 150 cidades chinesas terão ultrapassado o milhão de habitantes. Em 1978, apenas 18 por cento dos chineses viviam em cidades, ao passo que hoje são mais de 40 por cento. Ora, sabendo que o consumo energético dos cidadãos é de 2,5 vezes mais elevado do que o das zonas rurais, a procura de electricidade saltou 17 por cento mais durante os três primeiros meses de 2004. Esta forte procura provocou cortes frequentes de corrente em todo o território. Tornando o segundo consumidor de electricidade do planeta, a seguir aos Estados Unidos, a China tem portanto de enfrentar um desafio duplo: acabar com uma situação de penúria e garantir os seus próprios fornecimentos de petróleo e gás. Em 2003-2004, o balanço energético chinês repartia-se como se segue: 1,5 por cento nuclear, 5,5 por cento hidroeléctrico, 3 por cento gás natural, 27 por cento petróleo e 63 por cento carvão. Deste modo, 93 por cento dos recursos energéticos chineses são provenientes de energias fósseis.”

(Philippe Sébille-Lopez, 2006: 211,212)



Anexo N

Os BRIC e o Mundo

| | | |
|--|--------|-------|
| População (em biliões de habitantes) | BRIC | 2,75 |
| | Mundo | 6,5 |
| PIB (em triliões de dólares) | BRIC | 4,2 |
| | Mundo | 44 |
| PIB PER Capita (em dólares) | BRIC | 6 650 |
| | Mundo | 6 885 |
| Crescimento económico (variação do PIB em 2005) | China | 9,9% |
| | Índia | 8,3% |
| | Rússia | 6,4% |
| | Brasil | 2,3% |
| | Mundo | 4,8% |
| Participação dos BRIC no comércio mundial 14% | | |
| Participação dos BRIC no investimento directo 15% | | |
| Participação dos BRIC nas reservas financeiras 33% | | |

Fonte:

<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0873/negocios/m0084353.html>



Anexo O

O consumo dos BRIC

| | |
|---------------------|-----|
| Algodão | 57% |
| Trigo | 36% |
| Carne bovina | 35% |
| Aço | 32% |
| Frigoríficos | 21% |
| Telemóveis | 20% |
| Petróleo | 18% |
| Alimentos | 18% |
| Computadores | 17% |
| Vestuário | 14% |
| Automóveis | 11% |

Euromonitor, International Iron and Steel Industry, IDC, Mittal Steel, Forrester Research, Teleco, Datamonitor, Goldman Sachs

Fonte:

<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0873/negocios/m0084353.html>



Anexo P

O Canal de Suez

“O canal do Suez, situado a norte do estreito de Babel Mandeb, constitui a segunda entrada para o mar Vermelho, que é uma porta essencial entre o ocidente e o Oriente. Inaugurado em 1869, o canal do Suez é uma das maiores vias marítimas mundiais. Liga o Mediterrâneo e o mar Vermelho, através dos lados salgados Timshar e Amer. Ao permitir que os navios evitem a rota do cabo da Boa Esperança encurta entre 17 por cento e 87 por cento, segundo as proveniências, as distâncias entre a Ásia e a Europa. Tem um comprimento de 193 km e uma largura de 300 a 350 metros.

O canal desempenha um grande papel na economia mundial. Acessoriamente rende todos os dias ao Estado egípcio uns 6 milhões de dólares, empregando cerca de 16.000 pessoas.

Sobre os 4 milhões de barris que transitam diariamente por esta via, 2,5 milhões recebe o oleoduto Sumed paralelamente ao canal e 1,5 milhões de barris passam directamente pelo canal. Este petróleo é destinado principalmente à Europa mas também aos Estados Unidos. O essencial do crude que transita pelo Suez provém da Arábia Saudita. O canal está numa fase ascendente. Em 2003, 1,3 Mb/d e 2800 petroleiros passam durante o ano pelo canal. É um aumento de 26 por cento em comparação com os 2500 petroleiros e os 1 Mb/d registados em 2002¹⁷. O petróleo representa historicamente cerca de 25 por cento das receitas anuais do canal. Em 2001, as autoridades do canal lançaram também um outro programa para dez anos, destinado a alargar e aprofundar o canal a fim de permitir, em 2010, a passagem dos VLCC e dos ULCC. Actualmente, o canal apenas pode acomodar petroleiros da categoria Suezmax, com uma linha de água de 62 pés e transportando menos de 200.000 toneladas de crude. Ao reduzirem em 32 por cento os seus direitos de trânsito sobre o GNL, o canal procura também tornar-se uma via importante para os barcos que transportam gás liquefeito do golfo.

O oleoduto Sumed, com os seus 2,5 Mb/d liga o terminal de Ain Sukhna, no golfo de Suez, ao de Sidi Kerir, no Mediterrâneo. É composto por dois oleodutos paralelos. O Sumed é propriedade da Arab Petroleum Pipeline Company, uma joint venture entre a

¹⁷ Segundo os cálculos da EIA, *Us Department of Energy*.



Egypt General Petroleum Company (50 por cento), a Saudi Aramco (15 por cento), a ADNOC de Abu Dhabi (15 por cento), três companhias Koweitianas (15 por cento) e a Qatar Gas & Petroleum Company. O Sumed funciona desde 1977. Foi executado para permitir aos superpetroleiros construídos durante o período do fecho do canal¹⁸ e concebidos para amortizarem o prolongamento das distâncias percorridas via cabo da Boa Esperança, para poder manter essa ligação. A eventualidade de um novo bloqueio do canal, por razões completamente diferentes, continua a preocupar os responsáveis pela segurança marítima”.

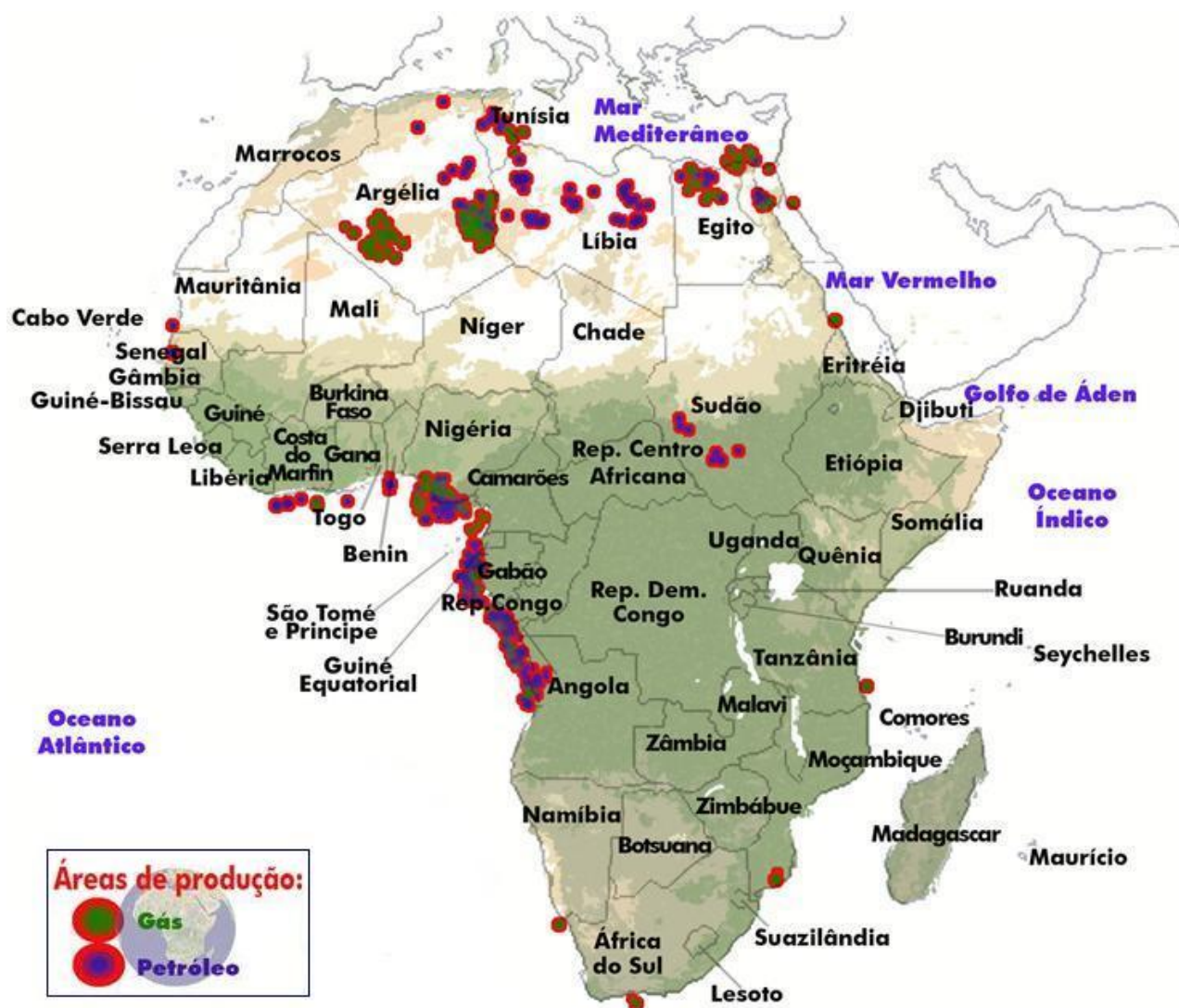
(Sébille-Lopez, 2006: 47)

¹⁸ Como consequência da guerra dos Seis Dias de 1967, a ocupação pelo exército israelita da margem ocidental do Sinai provoca o fecho do canal. O tráfego apenas é restabelecido em 1975, no seguimento dos acordos de paz de Camp David, entre o Egito e Israel, assinados pelos presidentes Sadat e Begin.



Anexo Q

Países Produtores de Petróleo de África



Fonte: http://resistir.info/afrika/imagens/oil_gas.jpg